



CENTRO DE ESTUDO SUPERIOR DE ITAITUBA-LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA- FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

KELLY CAROLINY DE AZEVEDO SANTOS OLIVEIRA

EVASÃO ESCOLAR EM REGIÃO GARIMPEIRA: Análise em duas
escolas do ensino fundamental do Município de Itaituba, Pará.

KELLY CAROLINY DE AZEVEDO SANTOS OLIVEIRA

EVASÃO ESCOLAR EM REGIÃO GARIMPEIRA: Análise em duas
escolas do ensino fundamental do Município de Itaituba, Pará.

Monografia apresentada como avaliação da
disciplina de Monografia do Curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia, da Faculdade de Itaituba –
FAI, sob a Orientação do Professor Esp.
Dhemesbraene Soares da Silva.

Itaituba – PA
2024

KELLY CAROLINY DE AZEVEDO SANTOS OLIVEIRA

EVASÃO ESCOLAR EM REGIÃO GARIMPEIRA: Análise em duas
escolas do ensino fundamental do Município de ITAITUBA - PARÁ.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção de título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dhemesbraene Soares da Silva

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
Prof.Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Lucia Maria da Costa Cruz, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Prof.^a Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, ____ de ____ de ____

*Dedico primeiramente a Deus, pois sem ele não estaria aqui.
Dedico a minha mãe por sempre me incentivar a estudar e
nunca me deixar desistir.
E ao meu amado esposo, por sempre está ao meu lado, me
apoiando nos momentos mais difíceis dessa jornada.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado saúde até o presente momento nessa jornada.

Agradeço a minha mãe **Erismar de Azevedo Silva** e meu esposo **Gilmar de Oliveira Silva** por esta ao meu lado me incentivando e apoiando.

Aos professores do curso de pedagogia que através dos seus ensinamentos permitiram que eu pudesse hoje estar aqui concluindo esta monografia.

Agradeço aos meus colegas da faculdade que conviveram comigo nos últimos anos, por todos os momentos de apoio, aprendizagem em conjuntos.

Agradeço a todos os professores que estiveram dispostos a ajudar e contribuir para um melhor aprendizado, especialmente para meu professor e Orientador Dhemesbraene **Soares da Silva**.

A escola não transforma a realidade, mas pode ajudar a formar os sujeitos capazes de fazer a transformação, da sociedade, do mundo, de si mesmo...

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar a evasão escolar em escolas da região garimpeira. A evasão escolar tem sido um agravante para a sociedade e principalmente para os alunos que desistem de continuar estudando por diversos fatores como pela oferta de trabalho, situação econômica, gravidez e outros, portanto o referido trabalho traz o seguinte tema: Evasão Escolar em Região Garimpeira: Análise em duas escolas do ensino fundamental do Município de Itaituba - Pará. Para a construção do presente estudo levantou-se algumas questões norteadoras, sendo: Quais os principais problemas da evasão escolar? Os pais tem culpa diante da evasão escolar na região garimpeira? Quais meios à escola realiza para interferir nessa evasão? Para responder as questões foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, através de um questionário estruturado aplicado para (04) quatro professores atuantes nas escolas de ensino, no período dos meses de março e maio de 2023. Os resultados da pesquisa mostra que é relevante afirmar que os objetivos foram respondidos através do seu referencial e a questão norteadora respondida através da pesquisa que demonstrou as dificuldades e problemáticas diante da evasão escolar na região garimpeira.

Palavras-chave: Evasão Escolar; Região Garimpeira; Escola.

ABSTRACT

The present study aims to analyze school dropout rates in schools in the mining region. School dropout has been an aggravating factor for society and especially for students who give up on continuing to study due to various factors such as job availability, economic situation, pregnancy and others, therefore this work brings the following theme: School Dropout in the Garimpeira Region : Analysis in two elementary schools in the Municipality of Itaituba - Pará. For the construction of the present study, some guiding questions were raised, including: What are the main problems of school dropout? Are parents to blame for school dropouts in the mining region? What means does the school take to interfere with this evasion? To answer the questions, qualitative, exploratory research was carried out, using a structured questionnaire applied to (04) four teachers working in teaching schools, in the period of March and May 2023. The research results show that it is relevant to state that the objectives were answered through its framework and the guiding question answered through the research that demonstrated the difficulties and problems faced by school dropouts in the mining region.

Keywords: School Dropout; Garimpeira Region; School.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - O que têm a dizer sobre a evasão escolar na região garimpeira? Fonte: Autor (2024).....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 2 - Quais as causas da evasão escolar no ensino fundamental em região de garimpo? Fonte: Autor (2024).**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 3 - Os alunos que abandonam os estudos são desmotivados ou desinteressados? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024). **Erro! Indicador não definido.**

Quadro 4 - Você acha que os pais são responsáveis pela evasão escolar? Explique sua resposta? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 5 - Os alunos desistem porque a escola exige muito deles, reprova e por isso eles são desestimulados e abandonam os estudos? Porque? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 7 - Você acha que os alunos são os culpados e responsáveis pela evasão escolar? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 8 - Quais estratégias pedagógicas a escola utiliza para que os alunos permaneçam na escola ou trazer de volta aqueles discentes que se evadiram da escola? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).....**Erro! Indicador não definido.**

Quadro 9 - Você acha que alguma disciplina faz com que alunos desistam dos estudos causando o que chamamos de evasão escolar? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).**Erro! Indicador não definido.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O ENSINO FUNDAMENTAL	13
1.1 O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL	13
1.2 O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL	18
1.3 EDUCAÇÃO DIREITO DE TODOS	21
1.4 DIFICULDADES DO ALUNO PARA PERMANECER NOS ESTUDOS	27
2 ABORDAGEM SOBRE EVASÃO ESCOLAR	32
2.1 EVASÃO ESCOLAR: FATORES E CAUSAS	32
2.2 EVASÃO ESCOLAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS	38
2.3 O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE A EVASÃO ESCOLAR	39
2.4 METODOLOGIAS PARA MINIMIZAR A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR.	40
3 EVASÃO ESCOLAR EM REGIÃO GARIMPEIRA. ANÁLISE EM DUAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA, PARÁ.	44
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	45
3.2 PERFIL DAS ENTREVISTADAS	47
3.3 RESULTADOS DA PESQUISA	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

A evasão como uma das expressões do fracasso escolar, tem feito parte da história da educação brasileira desde as primeiras iniciativas de organização de um sistema de ensino no país. Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, o desemprego, a desnutrição, a responsabilidade financeira de um lar adquirida ainda na adolescência através de casamentos precoces, entre outros. Portanto, o referido trabalho traz o seguinte tema: Evasão Escolar em Região Garimpeira: Análise em duas escolas do ensino fundamental do Município de Itaituba - Pará.

Apesar de ser estudada há muito tempo ainda não foi encontrada uma solução adequada para resolver o problema da evasão escolar no nosso país. Para Queiroz (2002) a dificuldade que o aluno tem em aprender constitui-se numa das causas que levam ao abandono escolar. Ainda segundo a autora pode-se perceber que os educandos não sabem conciliar trabalho e escola, ocasionando assim um confronto entre o estudo e a dimensão da vida que o trabalho pode viabilizar. Por outro lado, pesquisas apontam também que o desemprego estimula muitas vezes a procura pelo estudo, pois o educando busca se aperfeiçoar, contudo, no momento em que consegue um trabalho muitas vezes opta pelo abandono da escola.

Dessa forma a referida monografia apresenta seu Objetivo Geral: Analisar a evasão escolar em escolas da região garimpeira. E Objetivos Específicos: Compreender os motivos que levam os alunos a desistirem de frequentar as aulas; Verificar quais estratégias a escola utiliza para que o aluno não entre nos números de evasão escolar; e Analisar se os pais frequentam constantemente para um acompanhamento escolar de seus filhos.

Para a construção do presente estudo levantou-se algumas questões norteadoras, sendo: Quais os principais problemas da evasão escolar? Os pais têm culpa diante da evasão escolar na região garimpeira? Quais meios à escola realiza para interferir nessa evasão?

O trabalho é composto pela Introdução que vem trazendo as informações necessárias do início do trabalho, em seguida o Primeiro Capítulo que encontra-se

sobre o ensino fundamental no Brasil; o papel da escola pública de ensino fundamental; educação direito de todos e as dificuldades do aluno para permanecer nos estudos. Já no Segundo Capítulo destaca-se sobre abordagem sobre evasão escolar; evasão escolar: fatores e causas, evasão escolar e suas consequências, o papel da escola no combate à evasão escolar e as metodologias para minimizar a problemática da evasão escolar. E na sequência o Terceiro Capítulo Para responder as questões foi realizado uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, através de um questionário estruturado aplicado para (04) quatro professores atuantes nas escolas de ensino no período dos meses de março e maio de 2023. E por fim a Considerações Finais sobre o alcance dos objetivos e que foram respondidas as questões norteadoras do trabalho que destaca sobre a Evasão Escolar na Região Garimpeira.

1 O ENSINO FUNDAMENTAL

1.1 O ENSINO FUNDAMENTAL NO BRASIL

O Ensino Fundamental Brasileiro é compreendido como a educação básica para alunos do 1º ao 9º Ano e contempla crianças dos seis aos 14 anos de idade, isso destaca a importância desta fase educacional na trajetória dos estudantes, pois nesta etapa a criança adquire conhecimentos básicos no Ensino Fundamental I (1º ao 5º Ano) e prossegue para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º) e assim que concluir estará apto a cursar o ensino superior conforme desejar (DAVIS; OLIVEIRA, 1994).

É importante ressaltar que essa etapa da educação é realizada de forma conjunta, onde envolve os setores públicos responsáveis Ministério da Educação, secretarias educacionais estaduais e municipais, afim, de que haja êxito no processo de ensino/aprendizagem dos alunos, além dessas esferas responsáveis é indispensável à família de cada um, pois os primeiros ensinamentos começam em casa e a partir daí, continua-se na escola, portanto é de suma importância a parceria entre família e escola para que as crianças tiverem sucesso não só no Ensino Fundamental, mas em todas as trajetórias escolar (FREIRE, 1987).

Para entendermos essa etapa da educação brasileira tão importante na vida da sociedade é necessário conhecer a história, os avanços e as transformações que houve no Ensino Fundamental. Nesse sentido é válido ressaltar que a educação no Brasil passou por vários percursos para alcançar os avanços existentes na atualidade, isso se dá pelas grandes lutas e reivindicações em busca de melhores que houve entre os anos 1931 e 1964 (BITTAR; BITTAR, 2012).

A educação, por exemplo, foi palco de manifestações ideológicas acirradas, pois, desde 1932, interesses opostos vinham disputando espaço no cenário nacional: de um lado, a Igreja Católica e setores conservadores pretendendo manter a hegemonia que mantinham historicamente na condução da política nacional de educação; de outro, setores liberais, progressistas e até mesmo de esquerda, aderindo ao ideário da Escola Nova, propunham uma escola pública para todas as crianças e adolescentes dos sete aos 15 anos de idade (BITTAR e BITTAR, 2012, p. 158).

De acordo a citação das autoras a educação não era direito do todos, apenas os filhos da “elite” tinham direito de frequentar a escola que eram de acordo com

tudo que era lhe imposto, onde a igreja católica tinha grande influência sobre o que era proposto para ensinar aos filhos dos patrões. Até o período os filhos de empregados, negros, indígenas não podiam frequentar a escola (MOURÃO; ESTEVES, 2013).

A partir das manifestações de setores liberais pode se propor a Escola Nova, onde todas as crianças dos sete aos 15 anos podiam frequentar a escola, por tanto com essa conquista foi possível reorganizar a educação brasileira com ênfase no ensino primário que foi a primeira etapa do Ensino Fundamental. É valido ressaltar que mesmo com essas grandes lutas, tudo que foi proposto pelos manifestantes ainda não estava totalmente aceito pelo governo, a proposta da escola pública para todos ainda era só possibilidades sem nenhuma garantia e só com o passar dos tempos houve oportunidades de rever o processo do ensino em prol de melhorias que pudessem sanar o analfabetismo (BITTAR; BITTAR, 2012).

A Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, teve como diferencial a criação, pelo menos em lei, de um Sistema Nacional de Educação, além de ter criado o Conselho Nacional de Educação, órgão consultivo máximo para assessorar o Ministério da Educação. O texto da Reforma determinou que o ensino secundário ficasse organizado em dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos. Dessa forma, o ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário e tinha caráter altamente seletivo (BITTAR e BITTAR, 2012, p. 158).

Entre tantas lutas e conquistas, apontadas pelas autoras foi de suma relevância a reforma Francisco Campos, pois não só foi possível reorganizar o sistema educacional, como também criar leis e os Conselho Nacional de Educação (CNE) para facilitar o acesso ao Ministério da Educação, afim, de reestruturar o ensino secundário tornando em dois ciclos, sendo o fundamental de 5 anos e o complementar de dois anos, dessa maneira após passar pelo ensino primário, as crianças eram avaliadas pra de acordo com seu desempenho cursar o secundário favorecendo sempre os filhos da elite, pois eram mais desenvolvidos (BITTAR; BITTAR, 2012).

A Reforma Capanema incorporou também algumas reivindicações contidas no Manifesto de 1932, a saber: a) gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; b) planejamento educacional (Estados, territórios e Distrito Federal deveriam organizar seus sistemas de ensino); c) recursos para o ensino primário (Fundo Nacional do Ensino Primário) estipulando a contribuição dos Estados, Distrito Federal e dos municípios; d) referências à carreira, remuneração, formação e normas para preenchimento de cargos do magistério e na administração (BITTAR e BITTAR, 2012, p159).

Esse período histórico ficou conhecido como a era de Vargas, pois foi durante o governo de Getúlio Vargas que houve grandes avanços educacionais, políticos e econômicos. Entre tantos movimentos ficaram marcados também o Manifesto dos pioneiros que aderiram propostas para a Educação Nova, onde pode se criar universidade para aqueles que cursavam entre sete e 15 anos e conseguiam se destacar. Já na Reforma Capanema foram garantidas algumas reivindicações como: a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, a organização do planejamento escolar sob responsabilidade das esferas públicas, recursos para o ensino primário e investimentos para os professores (BITTAR; BITTAR, 2012).

Antes das mudanças que viriam a ocorrer em 1937 foi promulgada a Constituição Brasileira de 1934. Nela, o direito à educação, com o corolário da gratuidade e da obrigatoriedade tomou forma legal, além de ter declarado gratuito o ensino primário de quatro anos. A Carta de 1934 consagrou o princípio do direito à educação, que deveria ser ministrada 'pela família' e 'pelos poderes públicos' e o princípio da obrigatoriedade, incluindo entre as normas que deviam ser obedecidas na elaboração do Plano Nacional de Educação, o ensino primário gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos, e a tendência à gratuidade do ensino ulterior ao primário (BITTAR e BITTAR, 2012, p159).

Em meio a tantas evoluções na educação brasileira, neste período histórico ficou marcada a promulgação da Constituição Brasileira de 1934, a qual regularizou a educação fosse ofertada de forma obrigatória e gratuita e com ensino primário de quatro anos, e tornou a família responsável pelo início educacional de seus filhos juntamente com os setores públicos responsáveis, para tanto, foi sugerido a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) e assim organizar o ensino primário gratuito e com registros de frequência obrigatória aos adultos com possibilidade de gratuidade, assim como o ensino primário. O Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942).

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginasial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginasial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginasial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências (BRASIL, 1942).

Mediante ao decreto acima, houve a inclusão do ensino ginásial, com duração de quatro anos, era só um curso e ensino colegial, período de três anos dividido em curso clássico e científico, tinha por objetivo reforçar a aprendizagem dos adolescentes, onde ao concluírem o ensino primário faziam uma espécie de seletivo (prova) para ingressar no ensino ginásial, após esta etapa ingressar em um dos cursos clássicos ou científicos que tinham o objetivo de ampliar a aprendizagem do que foi ensinado no ginásial e aprofundar os conhecimentos dos estudantes (ANTUNES; SARTURI, 2013).

O ginásio tinha por objetivo propor educação integral segundo as habilidades dos alunos de acordo com os ensinamentos do ensino primário; desenvolver no estudante um pensamento mais crítico; e promover um ensino mais aprofundado em relação ao desempenho do aluno, preparando-o para a vida de forma que atingisse os objetivos não só da família, mas também da sociedade (ANTUNES; SARTURI, 2013).

A Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 (BRASIL, 1971), que fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus, trouxe mudanças significativas na estrutura da organização da educação, estabelecendo a obrigatoriedade dos sete aos 14 anos, definindo oito anos de escolarização no ensino de 1º Grau, unindo-se o antigo Primário, de cinco anos ao ciclo ginásial, de quatro anos (ANTUNES e SARTURI, 2013, p. 2261)

Segundo a colocação acima, é possível perceber que a partir do referido decreto houve uma reestruturação na educação, onde foram substituídos o ensino primário e ensino ginásial pelo 1º e 2º graus com duração de oito anos (ANTUNES; SARTURI, 2013).

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

Art. 18. O ensino de 1º grau terá a duração de oito anos letivos e compreenderá, anualmente, pelo menos 720 horas de atividades.

Art. 19. Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.

Art. 20. O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder sua matrícula.

Parágrafo único. Nos Estados, no Distrito Federal, nos Territórios e nos Municípios, deverá a administração do ensino fiscalizar o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incentivar a frequência dos alunos (LDB/1971).

É importante ressaltar que a partir da Lei a educação obteve avanços importantes o ensino primário e secundário foram substituído pelo ensino de primeiro e segundo grau com foco não só na educação, mas também na mão de obra (LDB, 1971).

Conforme sancionada a LDB de 1971, Lei 5692/71 regularizou o ensino de primeiro grau que afim, de preparar o indivíduo para a vida profissional de acordo com suas habilidades seguindo as necessidades do mercado de trabalho, essa modalidade de ensino durava o período de oito anos. Para ingressar no primeiro grau era necessário que o aluno estivesse com idade mínima de sete anos e caso houvesse crianças com idade inferior que fossem matriculadas em escolas específicas a sua faixa etária de ensino e as esferas públicas ficariam responsável pelo levantamento dos alunos a serem matriculados na idade certa de sete anos (LDB, 1971).

A Lei Federal de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1.996 estabelece diretrizes e bases para educação nacional e divide em três etapas: Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, ambos não eram obrigatórios e eram gratuitos na escola pública (FLACH, 2015).

A promulgação da Lei no 9.394/96 (BRASIL, 1996), além de atender aos interesses do governo federal, foi apenas um episódio da reforma educacional em andamento pelo governo FHC, pois, em termos gerais, em relação à oferta do ensino fundamental não sofreu grandes avanços, uma vez que a organização dessa etapa permaneceu igual à lei anterior: oito anos de duração, obrigatória e gratuita para todas as crianças a partir dos sete anos de idade. A facultatividade aos seis anos apenas representou a proteção de situações já existentes em realidades diferenciadas, sem representar avanço ou ampliação da oferta já existente. Essa foi a previsão inicial do texto aprovado em 1996. Posteriormente, inúmeras alterações se efetivaram modificando substancialmente a oferta dessa etapa, conforme veremos a seguir (FLACH, 2015, 747).

É possível perceber que a educação já possuía grandes avanços e com a nova estrutura obteve resultados mais positivos, de forma que todas as crianças de sete anos fossem contempladas com o ensino gratuito e de qualidade, onde todos pudessem ter acesso sem burocracias e dentro da conformidade dos setores

públicos responsáveis que estavam sempre buscando melhorias e fazendo adaptações conforme necessárias (FLACH, 2015).

Tendo em vista a qualidade da educação que precisava de novos avanços, o A Lei nº 11.114/2005 reformulou o Ensino Fundamental para 9 anos, onde o mesmo tornou obrigatório e gratuito na escola pública, onde o mesmo inicia aos seis anos de idade e com objetivo de ampliar os conhecimentos dos estudantes para que os mesmos possam dar sequência na terceira etapa da educação básica que é o Ensino Médio (FLACH, 2015).

O Ensino Fundamental de nove anos só foi legalmente instituído após 2006 e a lógica da obrigatoriedade de mais um ano se insere na discussão de assegurar a educação pré-escolar, visando melhor desempenho no percurso escolar. No Brasil, a prioridade na educação básica fica expressa nos textos legais, os quais colocam o ensino fundamental no centro das políticas públicas para a educação, quando o eleva a condição de ensino obrigatório, vinculando recursos específicos para a sua manutenção e desenvolvimento através da Lei nº 9.424/96 (BRASIL, 1996) (FLACH, 2015, 744).

O autor aponta que o ensino fundamental de 9 anos passou a ser obrigatório a partir de 2006, onde a educação básica foi reestruturada e subdivida em três etapas: Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio, com isso havia grandes possibilidades de tornar o sistema de ensino e aprendizagem mais avançado e com maior nível de desenvolvimento dos alunos durante o percurso escolar, dessa forma a educação torna uma das prioridades nas esferas públicas legais e nos termos da legislação do país seja LDB ou Constituição Federal as quais garantem teoricamente a obrigatoriedade das crianças com idade a partir de 6 anos, matriculadas em escola pública e com suporte governamentais para que todos possam ter acesso e condições de permanecer na escola para obter educação de qualidade (BRASIL, 1996).

1.2 O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA DE ENSINO FUNDAMENTAL

A escola pública é fundamental para que o ensino fundamental, ou seja, a educação básica, pois desde o princípio da educação no Brasil a escola pública tem se reiterado para tudo possa acontecer de fato e de direito com objetivo de formar cidadãos críticos e independentes de acordo com suas perspectivas de vida, tanto é importante destacar que a mesma é como se fosse a segunda casa na vida dos

estudantes, por meio dela buscam um futuro promissor, cheio de realizações (BRASIL, 1996).

Nesse contexto o papel da escola pública de ensino fundamental é de grande relevância, pois é por meio dela que as pessoas adquirem o conhecimento de forma clara e objetiva a ponto de tornarem-se cidadãos com pensamentos críticos e éticos afim, de compreenderem o mundo em que vivem de forma democrática e social (BITTAR; BITTAR, 2012).

Demonstrando tendência progressista e aproximando-se da Constituição de 1934 e dos princípios 'do Manifesto de 1932', essa Constituição reafirmou o direito de todos à educação, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Esses princípios progressistas, no entanto, não garantiram a universalização sequer da escola primária para todas as crianças brasileiras, ou seja, a sequência de reformas que vimos, especialmente nos seus aspectos mais democráticos, pouco saía do papel (BITTAR E BITTAR, 2012, p. 160)

A escola pública tornou-se ao alcance de todos devido ao grande manifesto dos pioneiros que impulsionou para que a nova forma de ensino chegasse a todos e com a Constituição de 1934 tornou obrigatória e gratuita a participação de todas as crianças que tinham a idade de frequentar a escola, com isso todos tivessem acesso e direito a educação de forma igualitária para todos, apesar de tudo a escola tem sofrido adaptações ao longo dos tempos e ainda continua em busca de melhorias, pois cada dia surgem as novas demandas a serem alcançadas, principalmente em termo de inclusão que significa está apta a receber a todos independentemente do tipo de deficiência ou qualquer outra necessidade para que o aluno possa sentir-se acolhido por todos (BITTAR; BITTAR, 2012).

Para dialogar sobre a função social da escola pública, é necessário que reflitamos um pouco sobre esse espaço social chamado escola, espaço esse que foi sendo moldado a medida das necessidades da sociedade. Em todas as comunidades que se estuda e em todas as épocas o ato de ensinar, de transmitir conhecimentos se encontra. E o espaço escola de certa forma também, posto que sempre, ao longo da história humana, o ato de ensinar foi sendo delegado a alguém e a medida que o conhecimento e as relações humanas com esse conhecimento foram se tornando mais complexas, os espaços para o ato de ensinar também foram adquirindo formas diferenciadas e com razões diferenciadas para existir (COELHO e ORZECOWSKI, 2011, p. 16321).

Desde o princípio da educação no Brasil, a escola pública tem desempenhado um papel fundamental na vida dos estudantes, pois tem contribuído de forma direta para a concretização da formação do cidadão, desde o início de sua existência a

mesma tem se adequado de acordo com a necessidade da comunidade escolar, para que assim possa alcançar a meta do bom desempenho educacional dos estudantes. Nesse contexto a escola pública tem o foco de expandir a aprendizagem dos alunos não só no ambiente educacional, mas para a vida, onde o mesmo pode associar o que aprende no ambiente de ensino com as ações da sua vivência (COELHO; ORZECOWSKI, 2011).

Para dialogar sobre a função social da escola pública, é necessário que reflitamos um pouco sobre esse espaço social chamado escola, espaço esse que foi sendo moldado a medida das necessidades da sociedade. Em todas as comunidades que se estuda e em todas as épocas o ato de ensinar, de transmitir conhecimentos se encontra. E o espaço escola de certa forma também, posto que sempre, ao longo da história humana, o ato de ensinar foi sendo delegado a alguém e a medida que o conhecimento e as relações humanas com esse conhecimento foram se tornando mais complexas, os espaços para o ato de ensinar também foram adquirindo formas diferenciadas e com razões diferenciadas para existir (COELHO, ORZECOWSKI, 2011, pg. 16321).

De acordo com a citação acima deixa claro que a escola pública tem passado por grandes transformações ao longo dos tempos, com o objetivo de favorecer um espaço mais amplo para os estudantes, não só o espaço físico, mas também em relação à qualificação dos funcionários que compõe a equipe escolar, dessa forma buscam atender a comunidade escolar da melhor forma possível, principalmente os educadores que atuam diretamente com os alunos para que possam obter resultado satisfatório (COELHO; ORZECOWSKI, 2011).

Como fabricação histórica, a escola resulta de uma verdadeira revolução nos modos de socialização. Estrutura uma relação social inédita, produzindo uma força moral suficiente não só para se sobrepor às demais instâncias socializadoras tais como família e Igreja, por exemplo, como para estabelecer um sistema de valores, uma cultura nacional e científica que são internalizados sob a forma de hábitos. Ao se materializar em um tempo e lugar determinados, esta instituição delineia uma forma propriamente escolar de socialização que extrapola seus muros e conforma a sociedade, criando condições para que os cidadãos por ela formados atendam às novas demandas sociais (XAVIER E CHAVES, 2018 p. 260).

A escola tem se tornado o maior centro de socialização entre as pessoas, pois desde muito cedo começam a frequentar, desenvolver habilidades suficientes para que haja interação entre uns com os outros, nesse quesito a escola ensina muito além do aprender ler e escrever faz com que o ser humano se identifique no mundo em que está inserido, onde descobre suas metas e objetivos e a partir daí realizar-se conforme desejar (XAVIER; CHAVES, 2018).

É valido ressaltar que é por meio da escola pública que a sociedade evolui gradualmente, pois a educação que a mesma disponibiliza para as pessoas, pois as direciona para o mercado de trabalho de acordo com suas exigências, por isso é tão importante que o cidadão esteja sempre em busca de informações concretas e atualizadas (XAVIER; CHAVES, 2018).

Quando o aluno conclui o Ensino Fundamental na escola pública ou privada é de suma importância que o mesmo tenha recebido uma base certa que irá direcionar o restante da sua vida acadêmica conforme for necessário para obter suas realizações, seja pessoais ou profissionais (BRASIL, 2006 in ANTUNES, SARTURI, 2013).

A Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, altera a redação do artigo trinta e dois da Lei 9394/96, no que diz respeito à duração do Ensino Fundamental: "O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão" (BRASIL, 2006 in ANTUNES, SARTURI, 2013, p. 2264).

O Ensino Fundamental está diretamente ligado a escola pública, pois, desde o início da educação no Brasil fez se necessário a criação de um espaço público chamado de escola para atender a classe estudantil que era os filhos dos patrões até que chegasse a todas as crianças que necessitavam de aprender ler e escrever dentro do contexto que era ensinado aos meninos e as meninas, dessa forma veio passando por grandes evoluções para que todos pudessem frequentar a escola pública de segundo as exigências da Legislação conforme o Art. 32 da LDB que fala a escola pública deve ofertar a educação básica de forma gratuita e obrigatória a todos que necessitam (BRASIL, 2006 in ANTUNES, SARTURI, 2013).

1.3 EDUCAÇÃO DIREITO DE TODOS

A educação básica brasileira é direito de todos de acordo com a legislação do país, a mesma oferta subsídios suficientes para que todos que possam frequentar e permanecer na escola e está sempre em busca de melhores para que a classe estudantil possa ter um ensino de qualidade baseados nos princípios básicos da sociedade de forma que todos tenham bons resultados de forma ampla e satisfatória.

É importante ressaltar que a educação está em constantes transformações e com isso tem alcançado grandes resultados que garantem o bom desenvolvimento da cidadania, pois possui métodos que contemplem a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Médio e Ensino Superior em todos os aspectos de acordo com as necessidades da população brasileira, onde o Governo Federal tem disponibilizado programas para incentivar os estudantes a não desistirem de frequentar a escola (CARNEIRO, 2015).

A Constituição de 1988 significou a reconquista da cidadania sem medo. Nela a Educação ganhou lugar de altíssima relevância. O país inteiro despertou para esta causa comum. As emendas populares calçaram a ideia da educação como direito de todos (direito social) e, por tanto, deveria ser universal, gratuita, democrática, comunitária e de elevado padrão de qualidade. Em síntese, transformadora da realidade (CARNEIRO, 2015, p. 33).

De acordo com Carneiro fica evidente que a educação tem passado por grandes transformações para que possa chegar a todos que precisam e necessitam frequentar a escola seja pública ou privada (CARNEIRO, 2015). Para tanto é importante enfatizar que a proposta do ensino com qualidade ainda está em fase de aperfeiçoamento, pois o ensino público torna mais lento o desempenho das ações institucionais, com isso, há atrasos na qualidade do ensino, ou seja, a prática nem sempre condiz com a teoria que está proposta na legislação, mas que a cada dia há uma busca constante para que tudo corra de direito e fato conforme as exigências previstas na Lei educacional (BRASIL, 1988).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL-CF 1988).

A Constituição aborda os principais objetivos educacionais do cidadão, onde o Estado e a família são os responsáveis juntamente com o apoio da sociedade para que a pessoa possa se desenvolver e conhecer o meio social em que vive de acordo com os costumes, a cultura e os valores de forma que haja preparo para o exercício da cidadania, mediante aos pilares da educação que juntos tornam o indivíduo capacitado para viver socialmente, ser independente, ter estratégias para desempenhar no mercado de trabalho e amar o próximo (BRASIL, 1988).

É válido destacar os pilares da educação nacional que são: aprender a conhecer: que significa ter domínio próprio sobre determinados conhecimentos;

aprender a fazer, onde é possível que o indivíduo coloca em prática toda aprendizagem adquirida na escola, de forma que demonstre criatividade com tudo que há disponível para sua atuação no mercado de trabalho; aprender viver junto, a viver com outros, de forma que consiga aceitar as diferenças das outras pessoas, aceitando-as como elas são de acordo com as regras da sociedade e aprender a ser, isso enfatiza a importância do ser humano ter pensamentos autônomos, críticos e buscar sua própria independência e obter responsabilidades e responder pelos seus atos (BRASIL, 1988).

No entanto para que tanto a família quanto o Estado cumpram com suas obrigações em relação à educação de qualidade é necessário que haja as autoridades competentes façam valer o Art. 206 da Constituição Federal, onde cita como deve ocorrer o ensino educacional brasileiro, pois deve ter subsídios suficientes para acesso e permanência dos alunos na escola, de forma que os mesmos possam ter liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber, nesse caso, tanto a escola pública ou privada devem assistir o desempenho dos alunos e obter um planejamento que possa atender toda demanda estudantil (BRASIL, 1988).

Enfatiza também que o ensino público deve ser gratuito e de qualidade e que haja valorização dos profissionais, a qual está atrelado não só quesito salarial, mas, como também na qualificação, com isso poderão atuar com total eficácia no processo de ensino/aprendizagem e principalmente que a instituição de ensino tenha gestão democrática e participativa e assim todos serão beneficiados com o bom resultado de desempenho da classe estudantil (BRASIL, 1988).

Em relação à educação e do dever de educar o Art. 4 da LDB, afirma e orienta o Estado deve preceder com a educação pública mediante a garantia de:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma:
 - a) pré-escola;
 - b) ensino fundamental;
 - c) ensino médio;
- II – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;
- III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria (LDB, 2017, 09).

De acordo a Legislação brasileira a educação tem alcançado grandes avanços, mas está em constante busca por melhorias, onde todos possam garantir ensino de qualidade, de forma que a educação chegue a todos, apesar das grandes lutas e desafios enfrentados pela sociedade, por tanto as mudanças buscam alcançar a todos desde o primeiro contato com a escola, cabe ao pai efetuar a matrícula dos filhos e acompanhar o desempenho dia pós dia (BRASIL, 2017).

É valido ressaltar que o sistema de ensino deve obter planejamento que contemple a todos, como por exemplo, ofertar nas escolas o Atendimento Educacional Especializado AEE, e assim, contemplar os alunos que possuem algum tipo de deficiência, conforme citado na legislação e ainda ofertar para aqueles que não concluíram os estudos na idade certa (BRASIL, 2017).

Observa-se que a Legislação, a educação e a educação estão atreladas, pois a Lei do país é a base da educacional e através da escola que a educação é transmitida de forma ampla a todos, porque a educação nasce no anseio familiar, e a escola aperfeiçoa o conhecimento adquirido através família (BRASIL, 2017).

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social (LDB, 2017, 23).

A primeira etapa da educação básica, que é o Ensino Fundamental de 9 Anos é ofertado na escola pública gratuitamente com foco no desenvolvimento das habilidades educacionais do cidadão, onde o mesmo após essa fase da educação deve conseguir desempenhar quais quer ações com cálculos, leitura e escrita de forma que aluno possa entender o ambiente em que vive independente dos acontecimentos, seja política, religião, gênero e outros valores relacionados a sociedade (BRASIL, 2017).

Nesta etapa da educação básica é fundamental o acompanhamento familiar, pois sem a parceria entre família, aluno e escola a educação pode acontecer de forma fragmentada, pois não possui os subsídios básicos familiares para incentivá-lo

a seguir em frente aos seus objetivos de vida. Neste sentido a educação básica é ofertada gratuitamente na escola pública e disponibiliza mecanismo para que os estudantes possam participar e permanecer na escola, tendo em vista o surgimento de possíveis urgência e emergência, o ensino acontece a distância de forma remota como tem acontecido nos últimos tempos devido a pandemia (ECA, 2019).

Art. 53. A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (ECA, 2019, 43).

Mediante ao exposto, fica claro os objetivos do ECA para com a crianças e o adolescentes, pois mostra que a educação é o meio de formar cidadão competente e responsável para interagir com a sociedade de forma igualitária, para tanto, as entidades competentes devem subsidiar a vida escolar desse público estudantil para que possam ter acesso e permanência na escola, isso inclui meios de transporte para quem reside longe da escola, no caso das crianças que residem na zona rural ou garimpeira, merenda escolar, materiais didáticos, com ambiente escolar acessível para todos os alunos como os ditos normais e os com necessidades especiais (ECA, 2019).

Vale lembrar que é por meio da escola que a criança amplia seus conhecimentos e prepara-se para ter um futuro promissório e democrático com expectativas de vida melhor, com possibilidade de desenvolvimento onde é possível adquirir conhecimentos e experiências que mudarão suas vidas para melhor apesar de tantos desafios, por isso é fundamental que o sistema de ensino trace planos de ensino de forma que possa ser adaptado acordo com realidades vivenciadas pelos alunos e assim possa treiná-los para a vida (ECA, 2019).

É importante destacar que a escola desempenha um papel fundamental na vida das crianças, pois, recebem orientações que as seguirão pro resto da vida, por isso que toda equipe escolar deve estar atenta, dependendo de como acolhem os alunos serão sempre lembrados e principalmente os professores, que estarão de

forma direta ligada à criança não só para ensinar, como também proteger e respeitá-la.

Ao longo da Educação Básica – na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio –, os alunos devem desenvolver as dez competências gerais da Educação Básica, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (BNCC, 2006).

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que norteia a educação brasileira baseada na Legislação que embasa o sistema de ensino do país, por tanto a BNCC tem como potencialidade as dez competências que apontam as habilidades que o indivíduo deve adquirir durante o percurso escolar desde Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio (BNCC, 2006).

É de suma importância ressaltar que para que as habilidades são desenvolvidas com satisfação é necessário que haja clareza, perfeição e explicitação no planejamento para que os alunos possam entender o que e como devem realizar atividades propostas pela escola, para que assim possam fortalecer suas ideias e capacidades em relação aos desafios propostos que surgirão ao longo da vida. Nesse sentido a BNCC definiu e documentou diretrizes que embasam o sistema educacional de ensino, para que haja um grande impacto no desenvolvimento dos alunos de forma que haja igualdade social, respeito a diferenças e, além disso, construir um mundo mais sustentável (BNCC, 2008).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (BNCC, 2008).

Observa-se que a BNCC tem um papel fundamental na construção e aperfeiçoamento da educação, pois as competências foram de acordo com as necessidades que impediam os alunos de progredir no conhecimento em determinados conteúdos abordados pelos professores em sala de aula, nesse termo as competências direcionam os alunos a valorizar e praticar os direitos adquiridos na escola, dessa forma ter curiosidades sobre os meios tecnológicos ou científicos, valorizar a cultura local e regional, utilizar diferentes tipos de comunicação seja, de maneira visual ou escrita, em libras, braile e outras, desenvolver meios tecnológicos

que possa favorecer novos conhecimentos, respeitar as diferenças da sociedade, ser crítico em relação a conteúdos confiáveis, aprender cuidar da saúde física e mental, ser uma pessoa acolhedora que consiga resolver conflitos e ser parceiros para ter boas ações no coletivo de acordo com cada situação que venha ocorrer ao longo da vida (BNCC, 2008).

1.4 DIFICULDADES DO ALUNO PARA PERMANECER NOS ESTUDOS

Apesar de a educação brasileira ter passado por grandes avanços e está buscando melhorias a cada dia, é importante ressaltar as dificuldades do aluno para permanecer nos estudos é imensa, isso que muitas das vezes a escola em parceria com a família conseguem mostrar ao aluno o verdadeiro objetivo dos estudos, principalmente para aqueles que estão frequentando a escola com dificuldades de aprendizagem e sem foco, como se fosse sem direção a finalidade dos estudos (SILVA, 2012).

É válido ressaltar que a escola pública está sempre em processo de melhorias e assim tornou-se um espaço científico atraente, mas que muitas das vezes os alunos ainda não conseguem despertar-se para tamanha importância do processo de ensino/aprendizagem, pois é por meio de novos conhecimentos que os estudantes tornarão grandes profissionais e pessoas que contribuirão para o bom desenvolvimento da sociedade (TONCHE, 2014).

Estudos feitos sobre o tema revelam que muitos fatores contribuem para o desinteresse dos alunos: como número excessivo de alunos nas salas de aula, falta de recursos pedagógicos ou tecnológicos que despertem o interesse dos alunos ou quando estes existem não são utilizados de forma correta pelo professor, fatores internos do aluno como problemas emocionais ou psicológicos, a desestrutura familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a dificuldade de absorção do conteúdo passado em sala de aula, conflitos com colegas, desentendimento com professores e também a repetência do ano letivo (SILVA, 2012, p. 20) *apud* (TONCHE, 2014, p. 7).

Mediante a citação da autora fica evidente que há muitas causas que dificultam a permanência do aluno na escola, que as vezes o mesmo não possui apoio familiar em casa e que já chega na escola, triste, estressado, desmotivado sem nenhum desejo de participar das aulas, com isso não consegue ter foco nos estudos e nem mesmo de realizar as tarefas exigidas pelos professores que nem

sempre estão preparados para atender a todos, pois muitas vezes ainda não tem experiências necessárias para entender e compreender seu aluno e com isso não demonstra paciência e acaba fazendo com que o estudante não se aproxima para conversar e entender sua realidade (TONCHE, 2014).

É importante destacar que a parceria entre professor e aluno é fundamental para o bom desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem, por meio da interação entre o mediador do conhecimento e da classe, as aulas tornam mais atrativas e prazerosas, por tanto, quando um estudante está desmotivado não é simplesmente normal, existe possíveis causas que fazer com que ele desista de frequentar a escola, nesse caso a equipe escolar deve estar atenta a situações inesperadas que possam surgir na vida do educando e assim elaborar plano de intervenção para trabalhar com esse aluno que as vezes sente-se perdido no espaço (TONCHE, 2014).

A vida familiar da criança pode impactar diretamente com seu desempenho escolar de forma negativa, pois os filhos participam de forma direta e indireta dos problemas existentes em seus lares, dessa forma, sentem-se destruídos e buscam na escola uma distração, um caminho diferente para sua vida, isso por que existem a desigualdade social e nem sempre os pais tem com que alimentar os filhos e os enviam para escola afim de que possam alimentar - se na escola, por tanto o professor é além de ensinar, torna-se amigo do aluno a ponto de falar conte sempre comigo (FAVA, 2011).

Para os professores atenderem e darem resposta educativa a todos os alunos é imperioso que estes sintam confiança nas suas capacidades, nos seus conhecimentos, mas, sobretudo que estejam despertos e sensibilizados para a diversidade de características que os alunos podem apresentar (FAVA, 2011,03).

Neste contexto é visível que quando o professor atua com sabedoria e dedicação em determinados momentos, vivenciados no seu dia a dia com sua classe, o processo de ensino/aprendizagem torna mais proveitoso, pois o mesmo consegue transmitir o conhecimento com qualidade, usar as ferramentas necessárias para desencadear o interesse só estudante para que assim possa alcançar o sucesso que todos almejam tanto o aluno, quanto a família e a escola. Mediante aos desafios de tornar a escola um espaço atrativo para os alunos permanecerem é fundamental que o professor seja bem criativo e busque métodos

que despertem o interesse do aluno pelos estudos e assim possa aproveitar o Máximo de tudo que lhe é ensinado (FAVA, 2011).

Estes fatos rebaixam a autoestima dos alunos, desestimulam sua permanência na escola e alimentam as altas taxas de evasão e fracasso escolar, anulando as possibilidades de avanço do aluno, da sua capacidade criativa e produtiva como trabalhador e cidadão. Determinado o problema baseado nos seus sintomas, no caso, a evasão, o diagnóstico inicial que se baseou nos dados, em nossas percepções, experiências e informações adquiridas, o exame do problema a ser enfrentado é um processo que se analisa a situação do aluno com dificuldade ou fatores que dificultem o ensino ou sua não permanência na escola. Sendo o ensino uma atividade que visa promover mudanças por meio da aprendizagem e se esta por algum motivo não acontece, faz-se necessário determinar que obstáculos estejam dificultando este processo e a busca de soluções para o problema da evasão, contribuindo para a permanência dos nossos alunos na escola (BERTOLDO, BARBOSA e CARMO, 2010, p. 15).

É notável que a desigualdade social tem afetado diretamente a educação dos alunos, pois a pobreza tem sido um dos fatores que contribui para o retrocesso na aprendizagem de muitos dos alunos que frequentam escolas públicas brasileiras, mesmo com todos os subsídios governamentais oferecidos as famílias de classe baixa ainda é insuficiente, pois os filhos precisam ajudar os pais nas despesas de casa, com isso começam trabalhar muito cedo (BERTOLDO; BARBOSA; CARMO, 2010).

É válido enfatizar que a etapa do Ensino Médio é mais complicada para o estudante permanecer nos estudos e um desafio para escola fazer com que o aluno permaneça na escola, principalmente pelo fato de trabalharem no mercado de trabalho, onde acreditam ter a oportunidade de oferecer aos familiares melhores condições de vida, com isso não demonstram interesse em participar das atividades escolares (BERTOLDO; BARBOSA; CARMO, 2010).

As dificuldades dos alunos em permanecer na escola tem sido um dos maiores desafios que todos precisam superar, pois muitos dos estudantes ainda estão meios aéreos em relação a suas decisões relacionadas ao seu próprio futuro e com isso deixam a desejar no quesito adquirir novos conhecimentos, pois acham que não precisam aprender novas habilidades e acabam desistindo de frequentar o ambiente de ensino (BERTOLDO; BARBOSA; CARMO, 2010).

É importante ressaltar que com o desinteresse dos estudantes, tornam os professores desmotivados, pois fazem de tudo para despertar a curiosidade de alguns alunos, nem sempre conseguem e não querem deixar nenhum aluno para

trás, nesse sentido continuam em busca de inovações que possam fazer os estudantes desencadearem o encanto pelos estudos (NEVES; MARTINS, 2016).

Os autores Neves; Martins (2016) a permanência na escola não depende unicamente do aluno, fazendo novamente com que haja evasão e muitas vezes pelos mesmos motivos ao qual evadiram da primeira vez: necessidade de trabalho e sustento da família, doenças, falta de interesse, distância e etc. Nesse contexto o aluno que estudar, porém a falta de condições fala mais auto, pois muitos dos estudantes são pais de famílias e precisam trabalhar para sustentá-las e mesmo com desejo de finalizar os estudos são impossibilitados por suas responsabilidades em trazer o pão de cada para casa (NEVES; MARTINS, 2016).

É importante frisar que ao deparar com as exigências do mercado de trabalho o estudante de não concluiu os estudos na idade certa, fica de fora e é obrigado a procurar trabalhos temporários, pois os conhecimentos adquiridos na escola, não estão suficientes para trabalhar formalmente, sendo assim o indivíduo medita quão importante de concluir os estudos e muitas das vezes buscam estudar novamente, para existe a modalidade de ensino EJA, a qual possibilita pessoas de retornarem aos estudos e concluírem de acordo suas necessidades (VIEIRA; GALLINDO; CRUZ, 2017)

No decorrer desse tempo, várias iniciativas de combate à evasão e retenção foram realizadas, dentre elas, a ampliação dos recursos destinados aos diversos programas de assistência estudantil. Embora a relevância dos programas de assistência estudantil seja indiscutível para a permanência e êxito discente, faz-se necessário também um olhar institucional voltado para a qualidade do ensino. Nesse sentido, é relevante o reforço de ações que provoquem a participação dos estudantes em atividades de ensino, pesquisa e extensão e que possibilitem aos estudantes um percurso exitoso de formação acadêmica e profissional, no sentido de garantir reais condições de permanência (VIEIRA, GALLINDO, CRUZ, 2017, 01).

Com objetivo de motivar o aluno a permanecer na escola, o Ministério da Educação por meio das Secretarias Estaduais e Municipais de Ensino, reformularam o Ensino Médio, pois dessa forma é possível o aluno frequentar a escola e ao concluir esta etapa de ensino, ter habilidades e qualificações para atuar no mercado de trabalho, para tanto é de suma importância que os alunos façam a escolha certa do curso técnico que desejam e profissionalizar-se (VIEIRA; GALLINDO; CRUZ, 2017).

Em relação ao Novo Ensino Médio é importante porque os alunos ficam mais tempo na escola e conseguem adquirir mais aos conhecimentos relacionados a área

profissional que deseja atuar, dessa forma é possível que haja sucesso no quesito permanência do aluno na escola. É importante ressaltar que esta modalidade de ensino acontece de por enquanto nos Institutos Federais de Ensinos Tecnológicos. É importante enfatizar que mesmo com os subsídios oferecidos aos alunos que participam do Ensino Médio Integrado, muito deles ainda não conseguem concluir o curso de forma satisfatória, as vezes acham muito difícil a metodologia de ensino ou reside distante, não tem como se deslocar até a instituição e alguns no final do ano acabam reprovando em alguma disciplina e assim sempre colocam obstáculos que os impedem de alcançar o sucesso profissional que desejam (VIEIRA; GALLINDO; CRUZ, 2017).

2 ABORDAGEM SOBRE EVASÃO ESCOLAR

2.1 EVASÃO ESCOLAR: FATORES E CAUSAS

A evasão escolar é um problema histórico devido à chamada falta de escolaridade, que afeta o desenvolvimento pessoal e profissional de crianças, adolescentes e adultos brasileiros. Quando falamos em fracasso escolar, precisamos entender suas dimensões, pois são muitos os motivos que levam os alunos a permanecerem em sala de aula. Em matéria de educação, a Constituição estabelece que cabe à família e ao Estado orientar as crianças nos percursos sociais e educativos (BRASIL, 1988).

Dado que a diminuição da frequência escolar e da frequência escolar já se verifica há muitos anos, o Governo continuará a procurar a responsabilidade de reforçar planos e programas que possam prevenir este problema e garantir o desenvolvimento pessoal e profissional destas pessoas através da escola (PATTO, 2017).

As falhas e desistências acadêmicas são: falhas que surgem no cotidiano escolar, bem como nos aspectos estruturais e funcionais do sistema educacional, nas concepções de ensino e trabalho e na criação de preconceitos e estereótipos sobre os clientes mais pobres. No entanto, esses vieses não são apenas característicos dos educadores escolares, mas se propagam há décadas na literatura educacional como um discurso ideológico que finge neutralidade e objetividade e se engaja na literatura educacional de maneira decisiva. A ocorrência de dificuldades acadêmicas. Crianças nas classes populares (PATTO, p. 59, 2017).

Portanto, há muitos problemas que enfrentam o fracasso e o declínio, e enquanto tentamos descobrir o que fazer para reduzi-los, os sistemas educativos procuram formas de chegar às pessoas das classes pobres como forma de beneficiá-las (PATTO, 2017).

Sobre esta questão, Queiroz (2002) diz: Estudos sobre a evasão escolar e o abandono escolar sugeriram que a evasão escolar e o abandono escolar são por vezes causados por dois fatores, um dos quais é causado por fatores externos à escola, como o trabalho, a desigualdade, as crianças e as escolas. A mesma família. E por outra perspectiva, existem fatores internos como a própria escola, os professores e até o idioma.

Com base no que foi dito acima, há muitos fatores envolvidos no abandono escolar. Como esses professores aprendem o que seus alunos estão fazendo no ambiente escolar, eles também se relacionam com questões profissionais e familiares. As crianças devem permanecer nas aulas (QUEIROZ, 2002).

Para Queiroz (2002), não é apenas um problema de algumas escolas, é um problema geral que afeta todo o país. Alguns estudos identificaram fatores sociais como determinantes do fracasso escolar e do abandono escolar. As discussões sobre esses programas crescem no país, na comunidade e em diversas instituições. Estudos mostram famílias fragilizadas, falta de políticas públicas e de ação governamental, desemprego, desnutrição, gravidez na adolescência e até escolas para determinar a exclusão social e a educação.

Para Abramovay & Castro (2003), o abandono refere-se ao caso em que um aluno abandona a escola e regressa, mas também é considerado um caso em que um aluno abandona a escola. Segundo Snyders (2005), o fracasso escolar é o fracasso da política moderna. Em outras palavras, o autor enfatiza que embora a política seja a causa da falta de educação, a abertura política pode proporcionar aos brasileiros a capacidade de superar as relações dominantes e construir uma sociedade democrática.

Nesse sentido os autores destacam sobre a evasão e o fracasso escolar, realizando assim estratégias que precisam ser feitas para que se construa uma parceria entre escola família e a sociedade, a política entra como forma de idealizar as obrigações para a continuidade escolar (SNYDERS, 2005).

O fracasso, a evasão e a repetência são os próximos problemas da educação brasileira, Segundo Machado (2009, p. 32) “Tratar a evasão é lidar com o fracasso escolar, isso pressupõe um sujeito que não tem sucesso na escola”. No que diz respeito à educação, Cortella (2006 apud Batista, Souza & Oliveira, 2009 p.4) a educação como direito e objetivo da cidadania confirma a ideia de que o programa educativo implementado quando a classe trabalhadora começou a frequentar mais a escola não é suficiente para fazer justiça a estes direitos sociais e democráticos.

Desta forma, os direitos sociais e a democracia humana serão concretizados aumentando o número de pessoas na sala de aula através da cidadania, reduzindo a evasão por exclusão e favorecendo o desenvolvimento dos futuros alunos. Vida pessoal e vida profissional (MACHADO, 2009).

Segundo Batista, Souza e Oliveira (2009), a evitação possui muitos aspectos conflitantes relacionados a esse conceito. Aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais. O abandono não pode ser analisado e entendido sem considerar todos os itens acima.

Entretanto, a escola parece ter recebido como função, posta por uma sociedade capitalista, a qual apresenta na sua estrutura, uma ideologia de desigualdade: a de reclassificar os alunos de diferentes classes sociais, tendo como critério suas motivações e potencialidades inatas. Essa função não é explicitada, porém ao discutir o fenômeno do fracasso escolar, uma das primeiras explicações que surge, está relacionada à origem social do educando (BATISTA, SOUZA E OLIVEIRA, 2009, p. 3).

A principal luta é que os centros educacionais sejam responsáveis pela redução e migração, em vez de encontrar formas de navegar na cultura na situação atual de cada pessoa, colocando essas pessoas em turmas que possam continuar ou terminar os estudos (BATISTA; SOUZA; OLIVEIRA, 2009)

Apesar dos esforços do Brasil para popularizar a educação, o acesso melhorou e a matrícula dos alunos aumentou, mas isso não significa que todos os alunos terminem a escola. Para Fornari (2010) “A evasão e reprovação escolar aparecem no cenário educacional como um problema significativo, pois suas consequências levam os indivíduos à exclusão social”.

Segundo Sanches e Teodoro (2006 *apud* Mendes, 2011), a inclusão escolar “deve contemplar todas as crianças e jovens com necessidades educativas” (p.69). Apesar da lei, nem todos têm acesso à educação. Muitos cidadãos não completam todos os níveis de ensino.

A integração da escola busca métodos que possam atender os alunos de diversas formas e continuar a formar, implementar intervenções para completar os componentes educacionais básicos ou aumentar a importância da permanência nas aulas (SANCHES; TEDORO, 2006).

Veiga & Bergiante (2016), dificuldades de aprendizagem, falta de formação de professores, drogas, desinteresse, trabalho, gravidez, etc., são muitas das razões pelas quais os alunos faltam à escola. Desta forma, pode-se dizer que as condições culturais, sociais, econômicas e políticas que se denominam fracasso escolar, param, param, desistem e repetem.

Embora no dizer de Jiménez Asenio e Gaete Astica (2013 *apud* Veiga; Bergiante, 2016), salientam que para se obter um conhecimento profundo sobre a

evasão, é preciso analisar alguns aspectos relevantes, ligados a família, a gestão institucional e as condições sociais e econômicas.

As escolas estão sempre procurando maneiras de aceitar todos os alunos e permitir que eles permaneçam na sala de aula, mas há muitos motivos que os impedem de fazer coisas, como evasão, problemas familiares, falta de apoio e processos de procura de emprego. A única preocupação dessa pessoa é sair da escola (ASENIO; ASTICA, 2013).

Pereira (2019, p.6) destaca:

A repetência escolar ou reprovação está relacionada aos vários fatores de natureza socioeconômicos, a organização escolar, condições de vida, físicas e psicológicas, características individuais do aluno, condições familiares, o corpo docente e a interação professor aluno, mas entre causas citadas, a mais decisiva foi o fato de que a escola, na sua organização curricular e metodológica, não estar preparada para utilizar procedimentos didáticos adequados para trabalhar com as crianças pobres.

Confirmando essa ideia, quando uma pessoa está prestes a desistir, seu único pensamento é que abandonar a escola é o melhor caminho. Ele não sabe que é preciso continuar estudando quando necessário na escola e conciliar isso com o trabalho e outros problemas. Acontece que compreender não significa compromisso (PEREIRA, 2019).

Para Filho & Araújo (2017), As escolas podem ser responsáveis pelo sucesso e fracasso dos alunos, principalmente no ensino médio, quando os jovens perdem o entusiasmo pelos estudos. A evasão, também conhecida como abandono escolar, é muito difícil, dinâmica e estressante quando os alunos abandonam a escola.

Existem muitas razões pelas quais os alunos abandonam a escola e muitos autores realizaram estudos que mostram que existem diferentes razões para o abandono escolar. Segundo Neri (2009), existem três tipos básicos de declínio: O primeiro motivo é o desconhecimento dos gestores escolares nas políticas públicas que dificultam a prestação de serviços educacionais. A segunda necessidade é a baixa qualidade da educação, devido ao desinteresse dos alunos e dos pais pela educação ministrada, ou à falta de compreensão das consequências do desinteresse. Ainda segundo Neri (2009, p. 05):

Uma terceira é a operação de restrições de renda e do mercado de crédito que impedem as pessoas de explorar os altos retornos oferecidos pela educação no longo prazo. Senão vejamos: i) Dificuldade de acesso à escola (10,9%); II) Necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%). III) Falta

intrínseca de interesse (40,3%). IV) Outros motivos (21,7%). A composição das respostas válidas tomadas a valor de face sugere que os três grupos de motivos aventados explicam quase 80% da totalidade das respostas. O que se destaca nestes são os dois elementos ligados à falta de demanda por educação, que respondem por 67,7% das motivações apresentadas contra 10,9% das deficiências de oferta alegadas (NERI, 2009, p. 05).

Nesse sentido, a combinação desses elementos e a evitação é o primeiro resultado que afeta a pessoa. Por não entenderem com clareza, abandonam os trabalhos escolares como solução para o problema e não buscam nenhuma forma de discussão ou conciliação. Para continuar os estudos, o aluno não sabe que se não estudar não enfrentará a perda de conhecimentos no futuro, mas não terá melhores oportunidades no mercado de trabalho profissional (NERI, 2009).

Lüscher e Dore (2011) argumentam que existem muitas razões e motivos para o abandono escolar. Isso porque a ocorrência da depressão escolar está relacionada a fatores internos, aos alunos, ao ambiente escolar e à comunidade em que vivem. De acordo com Unicef (2012, p. 69):

As barreiras socioculturais envolvem a discriminação racial, a exposição à violência e a gravidez na adolescência, entre outras questões. As barreiras econômicas dizem respeito à pobreza e, em particular, ao trabalho infantil. Entre as barreiras relacionadas à oferta educacional, estão a apresentação de conteúdos distantes da realidade dos alunos, a não valorização dos profissionais de educação, o número insuficiente de escolas, a falta de acessibilidade para alunos com deficiência, condições precárias de infraestrutura e de transporte escolar. As barreiras políticas, financeiras e técnicas tratam da insuficiência de recursos destinados educação pública brasileira.

Isso pode ser resultado de decisões do aluno, devido a uma série de fatores educacionais, pessoais e até econômicos. Os dois primeiros mencionados indicam uma decisão de cancelar, e não de desistir. A evitação surge, portanto, do desejo do aluno de ingressar no mercado de trabalho, bem como dos problemas escolares negativos que o aluno enfrenta, como a estrutura curricular, a gestão do centro, o corpo docente, etc., caso contrário, este processo irá fim (UNICEF, 2012).

Conforme Silva (2016) apontam em sua obra, existem inúmeros motivos para o aluno não concluir o ano letivo, entretanto existem causas diferentes para que os alunos abandonem a escola: a primeira abordagem está relacionada a fatores externos, como por exemplo, a relação familiar, as desigualdades sociais, o trabalho, as drogas, entre muitos outros motivos, a segunda abordagem acha que os fatores internos à escola são responsáveis pelas não conclusões do ano letivo, por

exemplo; professores despreparados, metodologias inadequadas e pouco motivadoras, além de uma escola autoritária e não criativa.

Para Silva (2016), não existe uma razão única para o abandono escolar, pelo que o ambiente escolar não pode ser atribuído exclusivamente a ele.

Os autores sugerem que a evasão escolar está associada a indicadores econômicos, gravidez indesejada, falta de interesse e incentivo familiar para permanecer na escola e concluí-la. Tudo isso faz com que o aluno abandone seu modo de ver: para continuar os estudos.

Segundo Silva (2016), existem diferentes motivos para evitar. E ao analisar os motivos do declínio, o autor destaca que as escolas não atraem alunos, e pela falta de preparo dos professores, liderança e falta de motivação dos alunos, as escolas fracassam, os alunos perdem a motivação. Os alunos ausentes ou desligados da escola podem abandonar a escola por motivos conflitantes ou não, como problemas familiares, gravidez na adolescência, problemas de saúde ou violência.

Ainda segundo o autor: pais e responsáveis que não cumprem o pátrio poder, e que são desinteressados em relação ao destino e a vida dos filhos, também contribuem para o processo de evasão. Na questão social, o autor diz que, a incompatibilidade de horários entre trabalho e estudo, agressão entre os alunos, violência, existência de gangues também são fatores determinantes para o fenômeno da evasão escolar. Para Lopes (2017, p. 359):

O discurso dos professores confirma ainda que a precarização contribui para a evasão, pois aula desestimulante, pouco atrativa, interfere no ensino-aprendizagem, nesse sentido concorda-se com esses docentes, quando afirmam que escola e professores precisam ofertar um ensino de qualidade, pois quanto melhor a aula, mais o aluno permanece na escola.

Nesse contexto, sabe-se que os alunos chegam à escola com vontade de dar, mas não entendem o programa e os professores não estão preparados, sendo esse um dos motivos pelos quais não permanecem em sala de aula (LOPES, 2017).

Outra razão para o declínio são as práticas docentes desconhecidas e, no caso de Lopes (2017), a falta de experiência no seu local de trabalho e no seu trabalho não é que os custos sejam poucos, mas sim a redução da sociedade. Na pior das hipóteses, os professores ficam frustrados e frustrados no desempenho do

seu trabalho e os alunos ficam desanimados, perdem o interesse pela escola e as taxas de abandono aumentam.

Segundo Cabral (2017), os conflitos na vida familiar e a falta de qualidade educacional são considerados causas do abandono escolar. A evasão pode ser atribuída não apenas ao ambiente interno da escola, mas também aos alunos que não têm interesse ou não têm interesse em continuar os estudos por causa de suas famílias, políticas governamentais e condições econômicas. No futuro, eles poderão ter um emprego ou terminar o ensino médio.

Neste contexto, são muitos os fatores que incentivam o abandono escolar. Tudo é importante na vida dessas pessoas, elas não têm apoio e muitas vezes têm professores cruéis que as fazem se preocupar com o dia a dia. Vá para aquele lugar. É necessária a implementação de intervenções, programas e outras medidas que incentivem esses alunos a continuarem gostando do aprendizado e a buscarem melhorar suas vidas (CABRAL, 2017).

2.2 EVASÃO ESCOLAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em relação à motivação dos alunos, Bzuneck (2009 apud, Mendes, 2011) diz que a baixa motivação dos alunos diminui o investimento pessoal, e por fim o desempenho das atividades escolares enfraquece na qualidade, impede a criação de competências pessoais. A obtenção da cidadania é feita a nível pessoal.

Segundo Barbosa (2017), os alunos que não participarem das atividades escolares sofrerão em suas vidas e na sociedade em geral. Por outras palavras, adolescentes e jovens adultos fracos e deprimidos prejudicarão a si próprios e à sociedade. Por exemplo, não conseguem ingressar no mercado de trabalho, têm problemas mentais e de autoestima e têm dificuldades nas relações profissionais e sociais.

Segundo Barros (2017), há muitas consequências em não dar continuidade à investigação. Os maiores impactos são a qualidade de vida, a saúde, o número de filhos e a probabilidade de as crianças terminarem a escola.

Lourenço (2013, apud Sampaio, 2018) mostra o que está relacionado ao desenvolvimento profissional individual entre os resultados possíveis. À medida que os sintomas diminuem, os jovens podem envolver-se na criminalidade e participar em processos de exclusão social e ser colocados em posições de vulnerabilidade e

dependência. Quando os jovens abandonam a escola, torna-se mais difícil inseri-los no mercado de trabalho, o que os obriga a procurar empregos mal remunerados e não propícios ao crescimento, desmotivando-os e, em última análise, aumentando a instabilidade no nosso país (LOURENÇO, 2013).

As baixas condições económicas e sociais entre os jovens aumentam o risco de abstinência, produzindo consequências negativas, como a participação no crime, o abuso de álcool e drogas, e aumentam o risco de violência, morte e até problemas mentais.

Segundo Auriglietti (2014), aqueles que abandonam ou abandonam a escola por qualquer motivo, podem ser grande parte dos cidadãos que têm pouca formação educacional e têm dificuldade em resolver problemas básicos da vida social e profissional. Ou para o cidadão. Se o nível de educação for baixo, é difícil compreender os direitos e obrigações e as situações sociais. Nas áreas profissionais, quem não possui a formação necessária tem mais dificuldade em escolher ou manter cargos que exijam seus conhecimentos.

A falta de serviços educacionais de qualidade e a falta de visão para o futuro do crescimento intelectual e pessoal que pode ser alcançado através da educação leva os alunos a abandonarem a escola e a entrarem no trabalho precocemente (NERI, et al. 2009).

2.3 O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE A EVASÃO ESCOLAR

Brandão *et al* (1983), sua pesquisa destaca a responsabilidade dos centros educacionais na situação de evasão. A evasão e a reincidência não são apenas o resultado das características individuais das famílias e dos alunos, mas também da natureza das escolas e das ações dos participantes. Diferentes lugares na sociedade.

Na opinião de Krawczyk (2009, p. 09):

A evasão, que se mantém nos últimos anos, após uma política de aumento significativo da matrícula no ensino médio, nos revela uma crise de legitimidade da escola que resulta não apenas da crise econômica ou do declínio da utilidade social dos diplomas, mas também da falta de outras motivações para os alunos continuarem seus estudos.

Ferreira (2013) “Argumenta que, uma escola não atrativa, autoritária e com professores despreparados, é insuficiente, e a motivação é ausente”. No dizer de Fernandes & Mesquita (2014), a escola tem a função social de promover aos alunos o acesso a um conhecimento mais estruturado, de produzir novos e melhores conhecimentos. Também tem a função primordial de preocupar-se com a formação do aluno, como um cidadão que seja participativo e consciente na sociedade.

Segundo Cabral (2017), a evasão escolar é uma preocupação para as escolas. Professores e administradores percebem apatia e falta de motivação dos alunos, bem como dificuldades relacionadas ao ensino e à aprendizagem. Apesar dos esforços da escola e dos funcionários para incentivar, facilitar e apoiar, em vez de desencorajar, muitos alunos deixam de frequentar a escola e acabam por abandonar a escola.

Além da desigualdade social, da distribuição de rendimentos e das fragilidades do sistema educativo, existem muitos fatores que fazem com que os jovens e os jovens adultos fracassem na escola. Ajudo no trabalho e sustento minha família. A maior consequência do abandono escolar é um sentimento de alienação social, e pode ser difícil para os que abandonam a escola escaparem desta situação porque se sentem vulneráveis (CABRAL, 2017).

Além de um maior investimento em medidas governamentais para melhorar a infraestrutura física das escolas, a infraestrutura curricular e o uso de tecnologia educacional, é necessária uma maior comunicação entre as escolas, as famílias e a comunidade no combate ao abandono escolar (FERREIRA, 2013).

2.4 METODOLOGIAS PARA MINIMIZAR A PROBLEMÁTICA DA EVASÃO ESCOLAR.

Para Fornari (2010, p.118), “A educação tem a resposta para seus próprios problemas; resposta, não solução, pois a solução dos problemas como evasão e reprovação escolar não necessariamente está na escola, mas na transformação social”. São vários os motivos que causam a evasão, como a falta de motivação e engajamento dos jovens nas atividades escolares, causas que podem variar de acordo com, a comunidade em que se vive, ou com o ambiente escolar. É necessária a criação de políticas públicas eficazes que se adequem as necessidades dos alunos.

Para Filho & Araújo (2017), a chave da solução e compreensão da evasão, é encontrar as causas da problemática, essas causas são similares a outros processos do desempenho escolar, e tem influência de vários fatores como, o próprio estudante, a família, a escola e a comunidade no qual está inserido.

Em seu estudo “Políticas públicas para redução do abandono e evasão escolar de jovens” Barros (2017), destaca 12 pilares para contemplar as atividades escolares, e conseqüentemente reduzir a evasão. O estudo ressalta que em relação ao acesso limitado, a proposta é que todo sistema educacional possua política de ampliação da cobertura, garantindo o efetivo acesso à educação.

Segundo Lopes (2017), é necessário que, sejam feitos investimentos e intervenções ao ensino básico, como na infraestrutura física e pedagógica, além de apoio a uma formação tanto inicial e continuada aos profissionais, sendo, gestores e professores que atuem no ensino médio. Segundo Pakenas & Filho (2017):

A proposta de pensar um ensino médio que constitua o sujeito como cidadão, além disso, lhe possibilite de maneira integrada, a preparação para o mercado de trabalho, estimularia possibilidades de vencer as desigualdades e a exclusão. É preciso para isso buscar novas rotas que ultrapassem uma educação tecnológica e profissional que visa somente o treino do aluno, futuro trabalhador (PAKENAS, FILHO, 2017, p. 71).

Ainda segundo Pakenas & Filho (2017), realizando a reforma, e mudando a estrutura atual do sistema, além de uma adequação da realidade de cada um, é possível que se diminua os índices de evasão nas escolas do nosso país. Relacionado à reforma do ensino médio, Sampaio (2018, p.15) relata que:

A Reforma do Ensino Médio, prevista na Estratégia 3.1 do PNE, mostra-se como uma das alternativas adotadas pelo governo federal para enfrentar o problema. A Medida Provisória 746/2016, que institui a reforma do ensino médio, foi aprovada em fevereiro/2017 em meio a protestos de estudantes, que alegam não terem sido ouvidos, e acriticas de educadores, políticos, gestores públicos e diversos segmentos da sociedade, que dizem não ter havido tempo suficiente para discussão em profundidade de todos os temas que envolvem a questão.

A gestão escolar se caracteriza por ser a forma de administrar uma escola e dar significado aos recursos que foram obtidos e aplicá-los a educação, partindo disso é primordial que a escola compreenda que o ensino precisa ir além das salas de aula para ocorrer uma aprendizagem efetiva. Para Amorim (2018) a gestão escolar é de grande relevância nos processos educacionais, é a essência e o

primórdio e é onde todos os segmentos passam de modo a favorecer melhorias no espaço educacional.

A modalidade traz consigo uma enorme taxa de evasão escolar e partindo desse pressuposto, a gestão escolar deve adotar medidas para diminuir essas taxas. Criando assim um ambiente educacional propício para a aprendizagem e que desperte nos educandos a vontade de estar em sala de aula diminuindo assim os índices de abandono escolar.

“Mediante metodologias motivadoras que sejam relevantes em seu ensino aprendizagem, levando em consideração conteúdos que estejam voltados a sua realidade, fazendo com que os mesmos se sintam motivados em aprender e o educador em ensinar” (RAMOS, FERREIRA, 2017, p. 25).

Algumas estratégias para resolver este problema incluem trabalhar com empreendedores porque as pessoas que trabalham durante o dia vêm às aulas escolares. Aumentar a conscientização e construir relacionamentos com empresas é essencial para garantir que a experiência escolar seja coberta e apoiada (RAMOS; FERREIRA, 2017).

Embora existam desafios para a gestão democrática da escola, é preciso dizer que a educação está comprometida com o objetivo principal e com a formação dos alunos para desenvolver o poder da educação e do desenvolvimento intelectual e intelectual no projeto. Contudo, quando a cidadania é incluída como princípio universal, a desigualdade e a exclusão social podem ser eliminadas (JULIO, 2009).

É importante desenvolver um ambiente social, ou seja, agentes próximos aos alunos, que entendam as situações e desafios que enfrentam para poder formular estratégias para resolver os problemas. Neste contexto, é importante mapear os alunos e implementar estratégias de busca eficazes. A busca ativa pode ser considerada um programa que combate a evasão escolar, verifica sistematicamente as taxas de evasão e tem como objetivo o retorno dos alunos à sala de aula (RAMOS; FERREIRA, 2017).

Outra tarefa da gestão da escola é fortalecer a programação cultural da escola. A programação cultural é uma parte importante das atividades da escola. Em algumas comunidades, devido a fragilidades culturais, as escolas são a única forma de adotar a cultura local e as escolas devem criar um ambiente cultural que tenha em conta as necessidades da comunidade. Para fornecer uma oportunidade para a educação (RAMOS; FERREIRA, 2017).

A construção de experiências relacionadas aos espaços abertos da escola orientados pelo desenvolvimento de projetos de interesse comunitário é outra estratégia relevante dos espaços abertos da escola, esses projetos podem ser de diversas naturezas como oficinas e teatro. Sabendo da demanda da escola é importante salientar como as oficinas são influentes para o processo de ensino aprendizagem. Segundo Moita e Andrade (2006 p. 11).

A oficina pedagógica constitui-se num importante dispositivo pedagógico para a dinamização do processo de ensino-aprendizagem, particularmente por sua praticidade, sua flexibilidade diante das possibilidades de cada escola e, mais que tudo, por estimular a participação e a criatividade de todos os seus integrantes.

A cooperação com a comunidade e empresas locais para desenvolver experiências de pesquisa, intercâmbios e visitas técnicas é importante para a nova visão da educação. Porque essas relações podem ser aprendidas fora das escolas. Desse ponto de vista, essas experiências são importantes para incentivar a continuidade da educação. Isso porque motiva os alunos a concluírem a formação para atuarem nas empresas parceiras da escola.

3 EVASÃO ESCOLAR EM REGIÃO GARIMPEIRA. ANÁLISE EM DUAS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA, PARÁ.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

A Escola Municipal do Ensino Fundamental Vila do Tapajós, foi instituído em 1998 por Maria Vanessa da Silva (moradora do local), está localizada na Comunidade Vilinha em Montanha Mangabal, as margens do rio tapajós, no município de Itaituba, Pará.

A estrutura da escola é de madeira, possui uma sala de aula, uma biblioteca, uma cozinha, um refeitório, uma área e sanitário masculino e feminino. A sala é pequena, equipada com cadeiras, mesa e duas lousas.

A biblioteca tem um computador é uma instante pequena com livros e cadeiras, espaço de consultas, pesquisa e leitura para os alunos. Refeitório tem uma pequena mesa e bancos conta com um bebedouro, Cozinha estruturada.

A escola atende discentes do Maternal ao 9º ano do ensino fundamental totalizando 30 alunos. No Turno Matutino são 22 alunos sendo: Maternal - 01 aluno, Jardim I - 03 alunos, Jardim II - 01 aluno, 1ºAno – 01 aluno, 2ºAno – 04 alunos, 3ºano - 03 alunos, 4ºano - 04 alunos e 5ºano 05 alunos. No Turno Vespertino as turmas são do ensino fundamental maior do 6º ano ao 9º ano, sendo: 6ºano - 04 alunos, 8ºano - 03 alunos, 9º ano - 01 aluno e multisseriada.

O quadro funcional é composto por diretora, vice diretora, secretária, auxiliar de secretaria, duas professoras, uma auxiliar de serviços gerais e um piloto de voadeira que traz alunos de áreas próximas.

A escola tem 2 professora, 1 auxiliar de serviços gerais e um piloto de voadeira.

A Instituição utiliza o método pedagógico multisseriada e atividades de leitura. Há atividades extra classe, tem oficinas, projetos fora da escola. A escola oferece projetos em datas comemorativas para comunidade ex: dias do país. Transporte escola e uma pequena embarcação fluvial que busca os alunos em suas residências.

A escola está em precárias condições, a um projeto de uma nova escola na mesma localidade, a SEMED disponibiliza combustível tanto para o transporte dos alunos quanto para utilização do motor de luz para conserva as merendas. E a

escola utiliza o campo de futebol da comunidade para fazer atividades de educação física.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Vista Alegre foi criada em 1997 na região vira-sebo, hoje em dia ela está localizada na comunidade Machado desde 2015 em montanha mangabal no município de Itaituba – Pará.

O quadro de colaboradores da escola são dois professores, uma auxiliar de serviços gerais e o piloto. A escola possui uma sala, uma cozinha, uma sala para os professores e barracão da comunidade. A escola utiliza o campo de futebol da comunidade para fazer atividades físicas. A sala está estruturada com cadeiras, mesas, dois quadros e ornamentações pedagógicas, livros didáticos.

O barracão é da comunidade, mas escola utiliza para dar as aulas para a turma do 6º ano ao 9º ano. Com cadeiras e mesa.

As aulas iniciaram em fevereiro de 2023. Com 29 alunos matriculados: 2 foram transferidos. Números de alunos por classe: Maternal - 01, Jardim II - 02, 2ºano – 03, 3ºano – 03; 4ºano – 02, 6ºano – 03, 7ºano – 03, 8ºano 02.

As aulas estão acontecendo na parte da tarde devido os alunos morarem longe, para não chega atrasados o piloto da voadeira sai umas 2h antes das aulas começarem. As atividades fora da escola que são remotas o uso do campo e do barracão. A escola conta com um aluno especial com problemas cardíacos, no entanto eles se deslocam até a residência do mesmo para aplicar as aulas.

Programações e projetos que a escola oferece para comunidade: datas comemorativas, jogos Inter classe, famosos comunitário. A participação da comunidade é sempre presente. O transporte é uma pequena embarcação fluvial.

A escola tem uma estrutura de madeira, só tem uma sala pequena e uma cozinha e sala dos professores e uma pequena área. A escola se chama vista alegre por te uma bela paisagem do Rio.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação científica é um processo de investigação e descoberta, em busca de causas preocupantes. Para conseguir isso, serão exploradas as formas pelas quais o conhecimento pode ser relatado e vários métodos serão usados para alcançar esses caminhos. O método que deve ser definido desta forma é chamado

de método, e o esquema desse método deve ser bem escrito para obter um resultado próximo do real (LAKATOS, MARCONI, 2010, p. 23).

O levantamento de dados é o primeiro passo de qualquer pesquisa científica, podendo ser feita de duas maneiras: pesquisa documental, que pode ser considerada de fontes primárias e pesquisa bibliográfica que pode ser considerada de fontes secundárias. Diante do exposto, após a delimitação do tema: “Evasão Escolar em Região Garimpeira: Análise em duas escolas do ensino fundamental do Município de Itaituba - Pará”.

Este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa exploratória por meio de pesquisa de campo.

Para fins da pesquisa, esta pesquisa é uma pesquisa exploratória e descritiva. O objetivo principal é apresentar o tema da pesquisa e descrever com precisão suas características e problemas relacionados, a pesquisa descritiva é descritiva nas circunstâncias do evento, os métodos de coleta de dados são importantes (GIL, 2007).

Quanto à abordagem qualitativa, pode-se afirmar que “[...] seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. E ainda, “a análise e a interpretação, nesta modalidade de pesquisa, não têm como finalidade, contar opiniões ou pessoas”, (MINAYO, 2007). Assim, pesquisa qualitativa é definida como um tipo de investigação voltada para os aspectos qualitativos de uma determinada questão. Considera a parte subjetiva do problema, ou seja, ela é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados numericamente (LAKATOS, MARCONI, 2010, p. 23).

Para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para encontrar referências de autores que estudaram o tema, e os dados foram coletados por meio de uma pesquisa estruturada com foco em professores e tecnólogos como sujeitos de pesquisa (GIL, 2022).

Sobre o levantamento bibliográfico, podemos apontar que está “baseia-se na necessidade de se fazer revisões bibliográficas periódicas, que visam apresentar de modo, organizadas o estágio atual do conhecimento de um determinado assunto” (OLIVEIRA, 2008, p. 96). Os autores que oportunizaram o suporte teórico foram: Arroyo (2006), Loch (2009), Miranda (1989) e outros.

Concluindo, para indicar algum conhecimento sobre as entrevistas, este estudo é exploratório, com o objetivo de conhecer mais sobre a situação sob investigação, e finalmente ter a oportunidade de realizar novas pesquisas. Portanto, pesquisa exploratória é “um estudo preliminar de um subtema que foi pesquisado ou de uma nova perspectiva sobre um tema conhecido, que serve de base para pesquisas futuras [...]”. (Kasarin; Kasarin, 2012, p. 40).

Segundo Gil (2002), as entrevistas semiestruturadas permitem que o entrevistador retorne à pergunta original ao encontrar uma discrepância, pois os entrevistados têm o direito de falar abertamente nos programas listados.

Como você sabe, uma entrevista estruturada é como uma conversa informal, uma conversa informal focada em um tema de estudo. O aspecto mais importante deste método de recolha de dados é a sua flexibilidade e capacidade de adaptação rápida caso a abordagem do investigador se desvie do planeado (GIL, 2022).

3.3 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

Para que haja uma análise mais rica e detalhada do assunto abordado no referido estudo, serão apresentados os resultados dos dados coletados através da pesquisa nas duas escolas analisadas, onde a pesquisa foi realizada com quatro (4) professores, sendo dois de cada escola.

Os professores que participaram da entrevista são todos graduados e cada um deles possuem pós-graduação e especialização necessária para sua atuação na área. Em média eles possuem de 7 meses a 18 anos como colaborador nas instituições de ensino dessa região.

3.4 RESULTADOS DA PESQUISA

Para responder às questões norteadoras do trabalho, foram realizadas entrevistas (questionários) com os docentes das escolas. Os professores estavam bem cientes dos métodos de aprendizagem a seguir e assim implementaram as atividades para melhorar a aprendizagem dos alunos.

A entrevista ajudará o pesquisador, acompanhará o trabalho da equipe do centro, dará melhores informações sobre a decisão e o encerramento da investigação.

As pessoas que participam da pesquisa estão diretamente ligadas à estrutura do programa acadêmico e ao programa político da escola e ao objetivo da universidade com as regras anuais e diárias, e é bom. É mais como discutir e comparar o melhor resultados para os alunos. Não vê

Após a realização das entrevistas, foi realizada uma análise dos dados com base nas referências dos autores que examinaram o tema. Abaixo estão os resultados das perguntas feitas ao professor.

Ao iniciar a entrevista com as professoras da instituição indagou-se na primeira questão: **O que têm a dizer sobre a evasão escolar na região garimpeira?**

Quadro 1 - O que têm a dizer sobre a evasão escolar na região garimpeira? Fonte: Autor (2024).

Prof.^a 01	A evasão escolar, na área se dá principalmente por falta de uma maior cobrança dos pais sobre este aluno.
Prof.^a 02	Ocorre muita desistência devida não ter incentivo da família, e com isso os adolescentes antes de terminar o 9º ano acabam saindo muito cedo da escola para ir à busca de trabalho principalmente do ouro não dando muito valor dos estudos.
Prof.^a 03	A evasão escolar na região garimpeira acontece por vários fatores uns deles é que os pais trabalham em garimpo, acaba indo embora para outra região tirando assim o filho da escola gerando uma evasão escolar. Assim a escola fica com déficit de evasão.
Prof.^a 04	Uma das principais causas da evasão escolar na região garimpeira e a questão socioeconômica, levando em consideração os alunos das classes mais baixa.

Os professores em suas falas destacam principalmente a falta de incentivo dos pais, uma vez que se tratando de região garimpeira não tem aquela visão que estudar trará benefícios futuros para essas crianças e adolescentes, levando em consideração a vida econômica precária ou difícil que essas famílias possuem.

A escola é o espaço de democratização, no entanto, o dever perpassa a todos: família, comunidade escolar, sociedade em geral e Estado. Todos devem ter participação ativa para o sucesso e efetiva garantia de direito, acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola. Em seu Artigo 227 a Constituição Federal afirma que: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

A educação é um direito social básico e as escolas são um local para proteger e garantir outros direitos. Nesse sentido, “a evasão escolar e a evasão escolar são questões políticas, sociais e administrativas relacionadas às políticas sociais e às atividades escolares” (PARANÁ, 2018, p 6).

As crianças que não vão à escola representam uma violação do seu direito à educação, mas também estão sujeitas a outras violências e violações, como o abuso infantil, o desemprego, a violência contra as mulheres, o abandono e o abuso físico e mental. Outra violência psicológica. Portanto, a evasão e o abandono escolar são uma forma de violência, um sinal de outras violações e uma causa de outros males sociais (PARANÁ, 2018).

Continuando com a entrevista destacou na segunda questão: Quais as causas da evasão escolar no ensino fundamental em região de garimpo?

Quadro 2 - Quais as causas da evasão escolar no ensino fundamental em região de garimpo? Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Na região onde trabalho uma das causas da evasão é a busca pelo ouro, muitos jovens saem da escola e vão trabalhar no garimpo.
prof.^a 02	Eles não têm uma escola (padrão) na comunidade, mas, no entanto, contam com professores capacitados para ensinar. Eles saem da escola para trabalhar e com o consentimento dos pais, pois são de menores e acham que o ouro, trabalhar nos chupão e nas dragas estarão com o futuro garantido.
prof.^a 03	As causas da evasão escolar no ensino fundamental na região de garimpo, devido à família trabalhar no garimpo em draga braba ou no maquinário de terra. Outra situação que vem acontecendo é devido o governo está agindo nos garimpos através de órgãos do mesmo, queimando os equipamentos de trabalho desses trabalhadores.
prof.^a 04	A falta de apoio familiar falta de interesses do próprio aluno essas viagens ruins dos transportes escolares e a falta de internet.

Os professores sugeriram que a falta de locais de mineração na escola está ligada à ideia de que seria mais lucrativo trabalhar em uma mina ou em uma draga, deixando de lado a pesquisa para encontrar o ouro dos seus sonhos. Os alunos também demonstram apatia por terem que viajar por rios vindos de lugares distantes (FREITAS, 2019).

A comunicação e a interação entre a escola e a família são importantes para compreender o aluno como um todo e facilitar o uso de intervenções educacionais e recomendações de outras ferramentas, se necessário, para apoiar a abordagem do aluno à aprendizagem. Freitas afirma que “o debate, a compreensão e o compromisso são fundamentais para alcançar uma terra fértil” (2019, p 1). Nesse sentido, as escolas devem investir em boas relações para reduzir o risco e aumentar a “estima dos professores entre os alunos e a comunidade escolar” (FREITAS, 2019, p. 1).

As intervenções ao combate ao abandono e à evasão escolar não se esgotam em reuniões e encaminhamentos à família. A gestão da escola deve promover meios para que toda a comunidade escolar esteja envolvida nas ações de combate.

É preciso dialogar sobre a temática com o Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres e comunidade do entorno da escola, para ouvir e compreender as demandas e o meio social em que a escola está inserida. Somente com esse efetivo trabalho é que a gestão escolar poderá diagnosticar os fatores que contribuem para a evasão e assim poder planejar coletivamente ações que poderão ser adotadas para resolver essa demanda (FREITAS, 2019).

Na terceira questão perguntou-se: Os alunos que abandonam os estudos são desmotivados ou desinteressados? Sim () Não ()

Quadro 3 - Os alunos que abandonam os estudos são desmotivados ou desinteressados? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Não, eram desmotivados e pelo contrário eram bem interessados, mas sem apoio familiar a escola perde alunos.
prof.^a 02	Sim, são desmotivados pelos pais que tem pouco estudo, também tem a maioria não dão muito valor à escola, eles contam com voadeiras que vão à casa do aluno buscalo para estudar.
prof.^a 03	Desmotivados porque às vezes as escolas não tem estrutura adequada para atender as necessidades dos alunos, vale ressaltar que são algumas escolas da região garimpeira que não tem estrutura adequada.
prof.^a 04	Desinteressados o motivo é a falta de não ter uma família mais presente na escola.

Os entrevistados responderam que, devido à falta de estrutura escolar, a apatia dos alunos em ir à escola é maior do que o apoio dos pais, e as escolas não estão muito envolvidas, e às vezes nem têm possibilidade de acompanhamento (BRASIL, 1996).

A infrequência injustificada é o primeiro apontamento de que algo não está bem e isso requer uma atenção especial, seja por dificuldade de aprendizado, desinteresse, problemas pessoais, vulnerabilidade e ou outras violações. Compete à escola, monitorar a frequência dos estudantes, fazer intervenções pedagógicas e zelar junto aos pais e responsáveis, pela manutenção da frequência escolar dos estudantes, conforme Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

- I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)
- II - fazer-lhes a chamada pública;
- III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (BRASIL, 1996, art. 5º).

A família desempenha um papel importante neste processo, pois inclui o conhecimento da história humana e a educação primária. Além da responsabilidade

de sustentar e cuidar dos filhos, é responsabilidade da família acompanhar o trabalho escolar dos filhos. De acordo com a Lei 8.069/90 estabelecida na Lei da Infância e Juventude, conhecida como ECA, conforme consta na Lei 8.069/90, a família tem “a responsabilidade de matricular a criança e o aluno e acompanhar sua frequência escolar e seu trabalho” (BRASIL, 1990, Art. 129, inciso V). Portanto, as famílias são os principais parceiros da escola na promoção da frequência dos alunos e do sucesso acadêmico.

É importante que os pais e responsáveis mantenham seus alunos na escola para incentivá-los, principalmente para impulsionar seu futuro permanecendo na escola e obtendo a educação necessária para o mercado de trabalho.

Seguindo com a quarta questão: Você acha que eles abandonam os estudos porque os pais não os incentivam a estudar? Porque? Sim () Não ()

Sim; sim; não; sim.

Três (3) dos docentes responderam que “SIM” que os alunos deixam de estudar pela falta de incentivo dos pais e um (1) respondeu que “NÃO”.

Quando são identificados casos de evasão escolar ou abandono escolar, os esforços para resolver a situação extrapolam o contexto educacional, ou se são feitos esforços para resolver questões familiares, as escolas devem buscar o apoio dos órgãos de segurança de redes e dos dispositivos que podem gerenciar as operações. As atividades educativas são pagas.

No combate ao abandono escolar e ao abandono escolar, as escolas não trabalham sozinhas, mas colaboram com outros entes da rede de proteção. Conforme disposto na Seção 86 da Lei da Criança e do Jovem (ECA), as políticas de proteção de crianças e jovens são realizadas “por meio de atividades governamentais e não governamentais dos governos da Commonwealth, dos estados e do governo federal. Regiões e cidades” (BRASIL, 1990). Arte. 86). 70. Seção VI - Promoção de espaços transregionais para apresentação de atividades e esclarecimento de planos de cooperação e atenção às famílias em situação de violência, com a participação de profissionais de saúde, assistência social e educação e leitura, cuidado e proteção. Departamentos Infantis e Juvenis Pelos seus direitos. (Contido na Lei nº 13.010 de 2014) (BRASIL, 1996).

Promover a cooperação Inter setorial é abordar estratégias de gestão que possam ser vinculadas a diversas políticas e disciplinas públicas para alcançar objetivos comuns e respeitar suas circunstâncias. Tendo em conta a doutrina da

proteção absoluta, as crianças e os jovens são reconhecidos como sujeitos de direitos e as suas características únicas como pessoas em desenvolvimento são respeitadas. As famílias têm como principal responsabilidade incentivar a permanência dos alunos na escola e pretendem reforçar esse acompanhamento participando de reuniões e, ocasionalmente, atentando para a existência da criança na escola, e criando relações entre as escolas (BRASIL, 1996).

Na quinta questão destacou-se sobre: Você acha que os pais são responsáveis pela evasão escolar? Explique sua resposta? Sim () Não ()

Quadro 4 - Você acha que os pais são responsáveis pela evasão escolar? Explique sua resposta? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Porque a família é tudo no desenvolvimento do ensino aprendizagem deste aluno. Sem a família cobrar, esses alunos se sentem no direito de abandonar os estudos como muitos já fizeram.
prof.^a 02	Sim. Os pais tem uma parcela de culpa da desistência dos mesmo, pois se eles estivessem estudado mais teriam uma visão diferente com apoio da família, dos professores com certeza eles teriam melhor rendimento escolar.
prof.^a 03	Sim, porque às vezes matricula os filhos na escola, estudam até certo período e depois acabam tirando. Com isso o aluno acaba sendo prejudicado perdendo assim até o ano letivo.
prof.^a 04	Sim, falta de interesse de cada um dos membros da família.

Todos os professores responderam que “SIM”, os pais são os totais responsáveis pela falta de interesse dos alunos e sua permanência na escola, pois os alunos dizem que não querem mais ir e fica por isso mesmo, eles não buscam a instituição para que seja realizada alguma intervenção para que seu filho permaneça na escola (FERREIRA, 2013).

Em seu estudo, Brandão *et al.* (2021) concluíram que as famílias que não se preocupam com a escola e as condições de vida não têm oportunidade de incentivar os seus filhos a continuarem os estudos. Mesmo assim, Brandão *et al.* (2021): “O fator mais importante para a compreensão dos indicadores de desempenho escolar é a família do aluno: quanto maior o nível de escolaridade da mãe, maior o tempo de permanência da criança na escola e o nível de trabalho”.

De acordo com o estudo de Ferreira (2013), os pais e encarregados de educação que não seguirem as normas nacionais e não se preocuparem com o bem-estar dos seus filhos na escola terão problemas de frequência escolar, abandono e abandono escolar. As famílias são uma parte importante da sociedade, a frequência e a retenção dos jovens na escola são da sua responsabilidade e os esforços para proporcionar uma educação de qualidade são fundamentais. Se os

pais não estiverem envolvidos na escolarização dos seus filhos, a taxa de abandono escolar poderá aumentar.

Para Barros e Mendonça (2009), a situação econômica da família influencia fortemente o desempenho escolar das crianças. Quanto maior for a diversidade econômica e social numa sociedade, maiores serão os benefícios educativos. “Numa sociedade onde todas as crianças e jovens vivem em famílias com condições socioeconômicas semelhantes, não existe igualdade de oportunidades, embora esta esteja intimamente relacionada com os resultados educativos”.

Continuando a entrevista destacou-se na sexta questão: Os alunos desistem porque a escola exige muito deles, reprova e por isso eles são desestimulados e abandonam os estudos? Porque? Sim () Não ()

Quadro 5 - Os alunos desistem porque a escola exige muito deles, reprova e por isso eles são desestimulados e abandonam os estudos? Porque? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Não. A escola só faz a parte dela, como é direito do estado. O ensino para os alunos, mas também de dever da família mantê-los na escola.
prof.^a 02	Não. Eles desistem porque não ver apoio maior da família e acabam abandonando a escola achando que estudar não dar grana, tendo que trabalhar muito cedo para ajudar no sustento da família.
prof.^a 03	Não. Porque a escola segue uma grade curricular para atender os conhecimentos dos alunos. Os alunos são avaliados conforme o grau de seus conhecimentos, no entanto a escola não reprova aluno, o aluno que às vezes não alcança a nota no final do ano letivo.
prof.^a 04	Sim, em muitos casos falta de interesse do aluno devido inúmeras situações.

Segundo os professores, por existir um currículo em cada disciplina, não é a escola que fragiliza os alunos, mas sim a falta de vontade para fazer o trabalho, a distância da escola e grande parte das questões econômicas que os alunos ignoram (FORNARI, 2020).

Segundo Fornari (2020, p.118), “a educação é uma resposta aos seus próprios problemas, e não soluções porque as soluções para problemas como o abandono escolar e a falta de escola, não só nas escolas, mas na mudança social. ” Existem muitas razões para isso acontecer. Alguns exemplos são a falta de motivação e participação dos jovens nas atividades escolares, que pode ter causas diversas dependendo da comunidade e do ambiente escolar em que vivem. É preciso criar políticas públicas eficazes para atender às necessidades dos estudantes.

Para Rumberger (1995 e 2008, apud Filho e Araújo, 2017), a chave para resolver e saber evitar é encontrar a causa do problema. Esses fatores são

semelhantes a outros processos nas atividades escolares, e são influenciados por diversos fatores: como o próprio aluno, sua família, seu centro educacional e a comunidade em que vive.

Dessa forma, procure compreender e incentivar alguns caminhos para que a família e o aluno não abandonem a educação como forma de educação, como crescimento pessoal para o futuro, para melhor desempenho no trabalho futuro. Disposição, desejo de melhoria constante (RUMBERGER, 1995)

Perguntou-se na sétima questão: Na questão da evasão escolar, você acha que a escola tem algum tipo de culpa? Explique sua resposta? Sim () Não ().

Quadro 6 - Na questão da evasão escolar, você acha que a escola tem algum tipo de culpa? Explique sua resposta? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Não. Pois a escola faz sua parte de ensino, buscando resgatar este aluno, mas muitas vezes não tem retorno.
prof.^a 02	Não. A escola em si não tem culpa, porque quando queremos estudar, não importa se é um prédio com central de ar ou uma escola feia e pequena, o importante é o interesse dos pais e dos alunos, pois a região garimpeira (interior) pode-se sair um médico.
prof.^a 03	A escola não tem culpa, porque a escola tem um papel de que o aluno fique estudando até o fim do ano letivo. Com isso a escola tem só a ganhar com o aluno na escola.
prof.^a 04	Sim. Em alguns casos a escola tem uma grande parcela de culpa, falta metodologia para esses alunos desanimados.

Três dos professores entrevistados responderam que “NÃO” que a escola não é culpada pela evasão e desistência dos alunos, pois ela chama e conversa com os pais, cobra dos alunos e os incentiva, mas muitas das vezes eles não querem participar e muitos menos cumprirem os cronogramas do dia a dia. Já o outro entrevistado destaca que a escola tem uma parcela de contribuição por não realizar metodologias que ajude esse discente a continuar a vida escolar (BARROS, 2017).

Barros (2017) em seu estudo “Políticas públicas para reduzir a evasão escolar e a evasão juvenil” mostra 12 pilares para introduzir atividades escolares e reduzir as taxas de evasão escolar. Este estudo mostra que em relação à participação limitada, todos os sistemas educativos têm políticas para melhorar o acesso à educação através da expansão do programa. Para deficiências físicas: devem ser implementadas políticas públicas que garantam oportunidades educacionais para estudantes que não podem sair de casa, como crianças e adolescentes internados em hospitais ou centros de reabilitação.

Em relação à pobreza, são necessárias políticas de intervenção relacionadas à participação nas atividades escolares e nos serviços sociais para reduzir a desigualdade e a vulnerabilidade. Além da baixa capacidade mental, o estudo também revelou medidas do mercado de trabalho, dificuldades de aprendizagem, qualidade da educação, empreendedorismo juvenil, flexibilidade, percepções de excelência, separação e clima escolar. Os autores sugerem que as políticas motivacionais e participativas abordam os fatores que alteram ou previnem o abandono escolar (BARROS; MENDONÇA, 2009).

Além de um maior investimento em medidas governamentais para melhorar a infraestrutura física das escolas, a infraestrutura curricular e o uso de tecnologia educacional, é necessária uma maior comunicação entre as escolas, as famílias e a comunidade no combate ao abandono escolar. **Você acha que os alunos são os culpados e responsáveis pela evasão escolar? Sim () Não ()**

Quadro 7 - Você acha que os alunos são os culpados e responsáveis pela evasão escolar? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Não. Os alunos são crianças ou pré-adolescentes que são ordenados por maiores no caso à família que é a maior culpada.
prof.^a 02	Não. Os alunos não têm culpa, pois na maioria são menores de idade, governados pelos pais e sai da escola desistindo com total consentimento dos mesmos.
prof.^a 03	Porque o aluno não tem esse poder de querer desistir de estudar na hora que ele quer, por isso o aluno não tem culpa e muito menos o responsável por sua evasão.
prof.^a 04	Não. Se tiver interesse por parte do aluno, daí a família procura um meio para apoiar esse aluno.

Segundo Trindade e Oliveira (2019), uma das motivações para o abandono escolar está relacionada à falta de incentivo familiar, que está relacionada às condições econômicas. É por isso que as famílias pobres não mandam os seus filhos em idade escolar para a escola. Esses dados e outros aparecem em pesquisas escolares e populacionais.

É importante ressaltar que evitar a submissão é diferente. Suspensão é a suspensão de um período de tempo da vida escolar (normalmente o ano letivo) em que o aluno não frequenta as aulas nesse período. A evitação é o abandono permanente. Isso significa que quando um aluno deixa de frequentar a escola, ele é reinscrito. O que muitas vezes acontece é que descobrimos que as pessoas são responsáveis pelo fracasso. A partir daí você sabe que está sendo feito um jogo e a culpa é do aluno, de sua família ou da classe social em que ele mora. Ninguém é

responsável ou transferido para outra pessoa ou coisa (TRINDADE; OLIVEIRA, 2019).

Na penúltima questão destacou-se: Quais estratégias pedagógicas a escola utiliza para que os alunos permaneçam na escola ou trazer de volta aqueles discentes que se evadiram da escola? Sim () Não ()

Quadro 8 - Quais estratégias pedagógicas a escola utiliza para que os alunos permaneçam na escola ou trazer de volta aqueles discentes que se evadiram da escola? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Este ano a estratégia foi acionar o Conselho Tutelar e manter os pais como maiores responsáveis. São praticadas leituras e muita roda de conversa, para também estimular esse jovem ou criança a permanecer na escola.
prof.^a 02	Através de palestras com os pais, trazer a família para participar de reuniões (educar eles também, oferecendo estudo) é mostrar que trabalhar no garimpo não é tudo, que a escola é importante e necessária.
prof.^a 03	A estratégia pedagógica que a escola utiliza, são atividades extraclasse, atividades remotas visitas pedagógicas indo na casa do aluno. Jogos pedagógicos para desenvolver o aprendizado do aluno.
prof.^a 04	As estratégias usadas pela escola são metodologias inovadoras para que essas crianças permaneçam na escola.

Segundo os professores, a escola tem muitas estratégias para evitar a evasão ou abandono desses alunos, e outro passo é mobilizar as comissões de tutela para que os pais estejam em primeiro lugar. Certifique-se de que esses alunos não percam nenhum ano letivo.

A falta de políticas públicas é, sem dúvida, o principal motivo da evasão. Embora a lei tenha garantido o direito à educação e políticas de apoio aos estudantes, as expectativas estão longe da realidade. Além de outras medidas, como intervenções de emergência na comunidade para a qualidade da educação que beneficiem a todos e reduzam a taxa de abandono escolar e abandono escolar, desenvolver políticas inclusivas que inspirem os jovens, os acadêmicos e as suas famílias (GONÇALVES, 2014).

No sistema de ensino formal os professores não conhecem a natureza do aluno, não sabem o nível de conhecimento da turma, os professores dão aulas que os alunos não entendem. Neste caso, a responsabilidade pela falta de conhecimento é contínua e o índice é crescente.

Os professores devem fazer o seu melhor para motivar a maioria dos alunos, mas há poucas exceções. A educação requer tempo, esforço e sentimentos dolorosos. Frustração pelo fracasso, frustração por não conseguir aprender, sentir que chegou ao seu limite, medo do julgamento do outro. Você precisa ter um bom

motivo para aceitar esse investimento e decidir aprendê-lo e mantê-lo. A alegria de aprender é uma coisa, o desejo de saber é outra.

Os professores têm que lidar com algumas características da educação formal em salas de aula que ensinam narrativas, a necessidade de os alunos estarem na frente do professor, a falta de alunos, etc. Estas condições devem ser gradualmente eliminadas, substituindo-as por outras atividades.

Na última questão perguntou-se: Você acha que alguma disciplina faz com que alunos desistam dos estudos causando o que chamamos de evasão escolar? Sim () Não ()

Quadro 9 - Você acha que alguma disciplina faz com que alunos desistam dos estudos causando o que chamamos de evasão escolar? Sim () Não (). Fonte: Autor (2024).

prof.^a 01	Não. As disciplinas não são culpadas, muito menos os professores, escola não caminha juntos se não houver o apoio da família.
prof.^a 02	Tem algumas disciplinas que os alunos têm mais dificuldades como inglês e matemática, mas isso não seria motivo da evasão escolar.
prof.^a 03	Não. Porque se o aluno é trabalhado desde da base, as matérias ou disciplinas, a escola já tem uma estratégia para esse aluno, não desistir por motivos de não gosta de alguma disciplina.
prof.^a 04	Acredito que sim, principalmente matemática.

Alguns entrevistados destacam que “NÃO”, disciplinas não são um empecilho para que ocorra a evasão, já outra cita que “SIM”.

A forma como o currículo escolar é desenvolvido, seguindo os livros escolhidos pelos professores, não corresponde ao nível educacional dos alunos em alguns centros urbanos e rurais, sendo difícil para eles conhecerem e compreenderem os temas abordados. Em média, 83% têm dificuldade em seguir os requisitos curriculares e cumprir os diferentes programas do calendário escolar e os programas que devem ser apresentados na formação para cada nível de ensino.

Segundo Gonçalves (2014), os aplicativos visavam aumentar o interesse e a compreensão relacionados às experiências escolares, ou seja, atividades para pensar além do vínculo do conhecimento ou do certificado formal. Ao enfatizar as relações precógnitas e buscar criar narrativas sobre o tema, a ideia é que a compreensão dos pares estabilidade/descontinuidade e sucesso/fracasso vá além de respostas rápidas e libere a falta de políticas para essas áreas. Pessoas comuns no governo e ideias sobre sucesso e sucesso.

Nesse contexto, professores e profissionais devem entender que os alunos estão com dificuldades e não estão se expressando neste momento, o que gera

problemas na continuidade do aprendizado. Precisamos de encontrar formas de motivar estes alunos a continuarem a aprender e de sermos suficientemente honestos para nos abirmos e confiarmos nos professores, quando apropriado, sobre os seus medos e lutas quando se trata de uma disciplina ou projeto (BARROS, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho, concluiu-se que corresponde a um grande desafio envolver a família e a escola no combate à evasão escolar, principalmente para as famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Também foi possível analisar que são várias as causas da evasão. Além das condições socioeconômicas, têm-se as condições culturais, geográficas ou mesmo questões referentes aos encaminhamentos didático-pedagógicos da própria escola.

Porém, independente da motivação da evasão, o trabalho de recuperação do educando é árduo e depende de um conjunto de fatores para os quais a escola deve construir ações de forma articulada com as famílias, mesmo que essas não compreendam ainda seus papéis na educação de seus filhos.

E é evidente que os jovens com baixa condição econômica, tendem a ter um menor rendimento educacional, o que aumenta os índices de reprovação, abandono e evasão escolar. O papel das escolas, dos pais, dos professores, do estado e da sociedade, é fundamental para que se mude o cenário das desigualdades sociais, pois pela educação os jovens podem ter acesso a mais oportunidades, e assim mudar suas perspectivas relacionadas ao futuro.

No entanto é necessário que o desafio da evasão seja enfrentado por todos, incluindo sociedade, escola, estado, governo, o próprio aluno, a família e todas as instituições educacionais. A criação de projetos é primordial, mas estas devem ser respaldadas e alinhadas às políticas públicas de governo, garantindo uma melhor qualidade de vida que beneficie a todos.

Diante do exposto, evidencia-se a importância da parceria entre a família, a escola e o poder público para amenizar os índices de evasão escolar. Então, este trabalho demonstrou que a família exerce uma influência significativa em relação à importância que os alunos dão à sua escola, bem como sobre as suas motivações para os estudos. Mas cabe aos diferentes setores públicos criarem suportes

assistenciais para que essas famílias saibam como trabalhar com delicadas questões cotidianas que podem tirar a criança ou adolescente da escola.

Entende-se que, mais que procurar culpados, é preciso compreender que existem fatores externos como a desmotivação da família e a necessidade de emprego, entre outros, em que com certeza a tomada de consciência só ocorrerá sob a pressão dos fracassos vividos e dos obstáculos encontrados pelo sujeito quando ele tenta atingir os objetivos que o motivam.

Faz-se necessário, assim, metodologias alternativas para manter sempre o canal de comunicação aberto entre a escola e a comunidade. E embora isso seja difícil, precisa ser constante. Portanto, os fatores que influenciam os índices de evasão escolar sempre vão estar presentes no cotidiano das escolas, de forma que o trabalho com as famílias deve ser contínuo, procurando promover ações para conscientização sobre a importância da participação das mesmas na vida escolar dos filhos e a importância da educação formal para uma formação integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Jucemara, SARTURI, Rosane Carneiro. A obrigatoriedade da educação básica no Brasil dos quatro aos dezessete anos de idade e os desafios para a sua implementação nos sistemas de ensino. Curitiba, 2013.

BARATTA, Alessandro. **Introdução a sociologia educacional**. Trad. Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Educação.

BERTOLDO, Glauciane Araújo Carvalho. BARBOSA, Helen de Castro. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce **História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade Acta Scientiarum**. Education, vol. 34, núm. 2, julio-diciembre, 2012, pp. 157-168 Universidade Estadual de Maringá Paraná, Brasil.

BRASIL, decreto da lei N° 4.244, de 9 de abril de 1942. **Lei orgânica do ensino secundário**.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Escola Superior de Guerra (ESG)**. Manual Básico, v. 1, Elementos fundamentais. Rio de Janeiro, 2009

CARMO, Regina Amélia do. **Acesso e permanência do aluno de EJA na escola: ações de combate à evasão**. – Brasília. – 2010

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo/Moaci Alves Carneiro.23. ed. Revista e ampliada**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

ESPÍRITO SANTO, Lúcio Emílio; MEIRELES, Amauri. **Entendendo a nossa insegurança**. S/l, Instituto Brasileiro de Policiologia / Instituto Brasileiro de Segurança e Trânsito, s/d (circa 2003).

FAVA, Maria Augusta Avença. **Dificuldades de Aprendizagem: percepções e atitudes dos professores de 1º Ciclo do Ensino Básico**. -2011.

FILOCRE, Lincoln D'Aquino. **Direito a Educação.** limites jurídicos para políticas de segurança pública. Coimbra: Almedina, 2010.

FLACH, Simone de Fátima. **Ensino fundamental no Brasil: previsões legais e ações governamentais para a ampliação do atendimento, da duração e do tempo escolar/** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.23, n. 88, p. 739-762, jul./set. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Estado presente no novo modelo de educação.** Brasília, Fundação João Mangabeira, 2015.

GARLAND, David. **A cultura do controle: sociedade contemporânea.** Trad. apres. e notas André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Educação. 2008. (Pensamento criminológico; 16)

LAZZARINI, Álvaro. **Temas de Redação.** São Paulo: Editora Revista Ampus. 2003, p. 80.

NEVES, Karen Larissa de Souza. MARTINS, Kézia Siméia Barbosa S. **Evasão e Permanência dos Estudantes da educação de jovens e adultos (EJA) no contexto escolar de Parintins-Amazonas: desafios e perspectivas.** -2016.

NÓBREGA, José Maria. **Barômetro de cultura linguística.** Hoje, v. 17, n. 1, ano 2008.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **O Pacto pela Vida de Eduardo Campos.** Brasília: Fundação João Mangabeira, 2014.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa; FERNANDEZ, Michelle. **O Pacto pela Vida.** Instituto Igarapé, ago 2014.

TONCHE, Josiane Cipriano da Silva. **O desinteresse dos alunos das séries iniciais do ensino fundamental pela educação escolar: causas e possíveis intervenções.** - Curitiba 2014.

VIEIRA, Armênia Chaves Fernandes. GALLINDO, Erica de Lima. CRUZ, Hobson Almeida. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE/** - Fortaleza: IFCE, 2017. 124p. Il. Color.

XAVIER, Libânia N. CHAVES, MirlaM W. A invenção da Escola pública e seus desdobramentos no Brasil: entre o ideal de modernidade e os problemas contemporâneos*. História Caribe - Volumem XIII N° 33 - Julio-Diciembre 2018 pp 255-282, Rio de Janeiro.



QUESTIONÁRIO

Este questionário tem como objetivo coletar informações para o trabalho de conclusão de curso de KELLY CAROLINY DE AZEVEDO SANTOS OLIVEIRA, intitulado **EVASÃO ESCOLAR EM REGIÃO GARIMPEIRA: Análise em duas escolas do ensino fundamental do Município de ITAITUBA, PARÁ**. Destina-se apenas para fins acadêmicos, portanto, o seu preenchimento não acarretará quaisquer danos para o entrevistado.

IDENTIFICAÇÃO:

Sexo: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Formação: _____ **Quanto tempo leciona:** _____

Possui pós Graduação, se sim qual? _____

1. Você acha que a evasão escolar ocorre por quais motivos?

2. Os alunos que abandonam os estudos são desmotivados e desinteressados? Porque? Sim () Não ()

3. Você acha que eles abandonam os estudos porque os pais não os incentivam a estudar?

Sim () Não ()

4. Os alunos desistem porque a escola exige muito deles, reprova, e por isso eles são desestimulados e abandonam os estudos? Porque?

Sim () Não ()

5. Na questão da evasão escolar, você acha que a escola tem algum tipo de culpa? Explique sua resposta? Sim () Não ()

6. Você acha que os pais são responsáveis pela evasão escolar? Porque?

Sim () Não ()

7. Você acha que os alunos são os culpados e responsáveis pela evasão escolar? Porque? Sim () Não ().

8. Quais meios a escola utiliza para que os alunos permaneçam na escola ou trazer de volta aqueles alunos que evadiram da escola?

9. Você acha que a disciplina de Matemática faz com que alunos desistam dos estudos causando o que chamamos de evasão escolar? Sim () Não ()

OBRIGADA POR COLABORAR COM ESSA PESQUISA!

Oliveira, Kelly Caroliny de Azevedo Santos.

EVASÃO ESCOLAR EM REGIÃO GARIMPEIRA: Análise em duas escolas do ensino fundamental do Município de ITAITUBA - PARÁ. / Kelly Caroliny de Azevedo Santos Oliveira. Itaituba: FAI, 2024. 00 f.: il.

Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Itaituba, 2024.

I.1.Evasão Escolar .2.Pedagogia 3. Educação. Dhemesbraene Soares da Silva. II. Faculdade de Itaituba, BR-PA, 2024.